



----- ATA N.º 7/2025 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS DIAS
TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
VINTE E CINCO -----**

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Centro Cultural Alfredo Keil, sito em Ferreira do Zêzere, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Maria Fernanda Gaspar de Moura e António Luís Henriques Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
2. Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 19 de setembro de 2025. -----
3. Apreciação e votação da ata da primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal realizada em 31 de outubro de 2025. -----
4. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é

conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio financeiro de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição de um trabalhador, integrado na candidatura ao IEF - Projeto + Inclusão, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para apoio financeiro de 50% do valor da tinta e matérias, correspondente a gastos na reparação dos cemitérios, mediante a entrega de recibo das despesas, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

4. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para apoio financeiro no valor de 40.000,00€, correspondente a pavimentações, mediante a entrega de fatura e posterior recibo, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada Romana, na localidade de Ceras, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; -----

- b) Colocação de sinal de trânsito, na Avenida Nossa Senhora do Pranto, no lugar de Carril, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----
- c) Colocação de sinais de trânsito, de Passagem de animais domésticos de pecuária, na localidade de Cumbada, sito na freguesia de Águas Belas; -----
- d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Paulo Cruz, no lugar de Quinta do Telhado, sito na freguesia do Bêco; -----
- e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua D. Maria da Mota Cardoso, no lugar de Cerejeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua dos Castanheirais, no lugar de Salgueiral, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- g) Colocação de sinais de trânsito, na Estrada de Manuel Antunes Duarte Amor, no lugar de Penedinho, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----
- h) Colocação de sinais de trânsito, na Travessa do Salgueiral com Estrada das Indústrias, na Travessa de Santa Catarina e Estrada das Indústrias, Rua das Lameiras e Estrada das Indústrias, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----
- i) Colocação de sinais de trânsito, nomeadamente placas indicadoras de área de serviço de autocaravanas, na Rua da Ex. EN 348 com a EN 110, no lugar de Tojal, no Nó de Pias - A13, Rotunda da Variante à EN 238, no lugar de Lamaceiros, na Rotunda na Entrada da Vila de Ferreira do Zêzere, sito respetivamente, na União das Freguesias de Areias e Pias, na freguesia de Igreja Nova do Sobral e freguesia de Ferreira do Zêzere. -----
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, das minutas das adendas aos protocolos de Cedência de Instalações - Pólo de Saúde de Chãos e Pólo de Saúde de Frazoeira, ambos da UCSP de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua

atual redação, com posterior notificação às respetivas Juntas de Freguesia das deliberações e respetiva minuta. -----

7. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2026, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

8. Para conhecimento, das Demonstrações Previsionais Ano de 2026. -----

9. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2026, conforme alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da Tabela de Taxas do Município para o ano de 2026, isenção do pagamento de taxas a comerciante do mercado municipal, durante o período em que, pelo imperativo legal, não poder realizar a sua atividade nos meses de abril e maio de 2026, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção de pagamento das taxas municipais a nível de licenciamento de atividades com ocupação de espaço do domínio público, a todas as Juntas de Freguesia, Associações legalmente constituídas, Fábricas da Igreja (Organização de festas religiosas) e IPSS's, nos termos do n.º 9, do artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

Handwritten signatures and initials in the right margin. At the top, there is a signature that appears to be 'JMS'. Below it is another signature, possibly 'M. J. ...'. At the bottom of this group is the signature 'AL'.

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção do pagamento da taxa de concessão da Licença Especial de Ruído às Juntas de Freguesia do Concelho de Ferreira do Zêzere. -----

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para fixação do valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2026, nos termos da alínea b do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

14. Análise, discussão e votação na especialidade do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos Deputados Municipais, Jorge Ponce de Leão de Castro, Márcio Rafael Gomes Cabral, que foram substituídos pelos cidadãos, Bernardo Antunes Morgado e David Alexandre Gonçalves Aderneira. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Buno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Sérgio Manuel Roberto Morgado, Patrícia Sofia Duarte Gomes, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Alexandre da Silva Cruz. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, começou por informar que a correspondência se encontrava na mesa da Assembleia para consulta se assim o desejassem. Disse que os registos vão de vinte e cinco de setembro até dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, onde fez uma abordagem breve de alguns pontos mais importantes da correspondência recebida, em que falará mais à frente sobre uma determinada correspondência, nomeadamente sobre a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, no fim dos pontos da Ordem do Dia. -----
Não houve intervenções. -----

2. Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 19 de setembro de 2025. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, começou por referir os presentes com capacidade de voto da respetiva ata, nomeadamente onze votantes, que estiveram presentes naquela sessão. -----

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, com onze votos a favor, pelos membros da Assembleia que estiveram presentes na sessão do ponto em apreço, aprovar a ata da quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada a dezanove de setembro de dois mil e vinte e cinco. -----

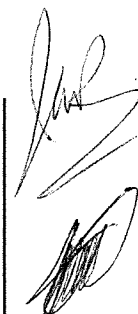
3. Apreciação e votação da ata da primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal realizada em 31 de outubro de 2025. -----

A Deputada Municipal, Carla Graça, no uso da palavra, e com algumas questões relativo à ata da sessão da Assembleia Municipal de trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, foram as seguintes: Parecem-lhe omissos alguns detalhes ou esclarecimentos que entende serem importantes para que quem lê a ata, entenda verdadeiramente o que aconteceu. Começou por referir na página dois da respetiva ata, e quando se lê que o cidadão da lista mais votada deu por encerrada a sessão por dez minutos, disse que o termo não está correto, explicando que deveria ser suspensão. A mesma foi suspensão por algum tempo, dizendo que o que falta também e é verdadeiramente importante é o motivo dessa suspensão, que não está claro na ata, não constando na mesma o motivo. Disse que todos os presentes sabem que foi nesse período de suspensão que a lista do Partido Socialista, foi corretamente elaborada com os respetivos termos de aceitação, achando que deveria também de ficar explícito esse facto, e que tal não consta da ata. Prosseguiu, dizendo que a referência que é feita ao Voto sob protesto do membro da Assembleia Municipal, Dr. Eduardo Mendes, colocando a questão se esse mesmo voto de protesto não deveria também constar como anexo à ata apresentada, para que se tenha conhecimento do conteúdo e do fundamento do mesmo, que na sua opinião seria esclarecedor para o público. Chamou também ainda a atenção para o facto do Grupo Municipal da AD – Aliança Democrática, ter entregue formalmente um documento nessa mesma sessão onde consta a constituição desse grupo, dizendo que esse documento foi novamente solicitado na sessão seguinte, onde nada consta na ata em apreço relativo à entrega desse documento que foi efetivamente entregue nessa sessão, pelo que pretendiam saber o motivo porque não aparece. Continuou, e ainda



em relação a um ponto da ata em apreço, que tem a ver com a redação, nomeadamente na frase na página dois, que diz o seguinte: “*o cidadão pertencente à lista mais votada, assumindo o papel de presidir à reunião, foi intempestivamente interrompido*”. A Senhora Deputada Municipal, disse que a escolha do termo, da adjetivação, parece-lhe depreciativa com o intuito de alguma forma julgar ou criticar determinada atitude. Deu conta de que uma ata se entende como um documento que deve expor de forma clara e imparcial os factos ocorridos, não crendo que seja essa a perceção com que o leitor fica no final da leitura daquela ata, pelo que pretendem ser esclarecedores, claros e objetivos, em todos os factos, pois a mesma está disponível a todas as pessoas. É o que lhe apraz informar e chamar atenção, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, e esclarecendo a Senhora Deputada Municipal, Carla Graça, começou por falar em relação ao primeiro ponto, dizendo que tem razão, ao dizer que a sessão foi suspensa e não encerrada. Em relação ao voto de protesto, foi esclarecida na reunião da sessão seguinte, dizendo que não existem votos de protesto. Referiu que os votos de protesto não estão previstos no Código de Procedimento Administrativo, como teve o ensejo de referir, e que a única analogia possível desse voto de protesto é com a analogia de um voto de uma declaração de vencido, sendo esses votos individuais, e não coletivos. Disse que quando um voto começa por referir pelos elementos da bancada x, não é um voto individual, é um voto coletivo, a não ser que estivesse assinado por todos os elementos da bancada e que não estava. Referiu que em relação ao assunto anterior, prende-se com o Código de Procedimento Administrativo e não com outra situação. Continuou dizendo que os Grupos Municipais só se formam depois de todos os Senhores Deputados Municipais



estarem devidamente empossados, dizendo que a ata irá passar a referir que foi entregue uma constituição de um grupo da AD. Em relação à situação que o cidadão da lista mais votada foi intempestivamente interrompido, referiu que é muito difícil traduzir para palavras coisas que são difíceis de traduzir. Disse que aquilo que foi vertido foi uma versão mais sintética e o mais friendly possível, na sua perspetiva, dizendo que se poderia em vez de intempestiva ficar apenas por, foi interrompido, ficando ambas as partes de acordo. -----

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com dez votos a favor pelo Partido Socialista, um voto contra e seis abstenções da AD e do CHEGA, pelos membros da Assembleia que estiveram presentes na sessão do ponto em apreço, aprovar a ata da primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal realizada em 31 de outubro de 2025. -----

4. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, em representação do grupo municipal do Partido Socialista quis evocar o artigo quinquagésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, apresentando uma Moção, colocada à consideração da Mesa da Assembleia Municipal. A mesma foi validada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que pediu ao Senhor Deputado Municipal que a lesse. Nesse sentido o Senhor Deputado Municipal João Silva, passou a ler na íntegra a Moção, “

O Grupo de Deputados Municipais do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, evoca o artigo 53º do Regimento e apresenta uma moção, que a seguir especifica: - A Estrada Nacional 238 constitui um eixo rodoviário fundamental para o Concelho de Ferreira do Zêzere, assegurando a ligação entre

diversas freguesias, facilitando o acesso a serviços essenciais e desempenhando um papel determinante na mobilidade das populações, no escoamento da atividade económica local e na atratividade territorial do Concelho. -----

- Nos últimos anos, têm-se agravado diversos constrangimentos associados ao estado de conservação desta via, nomeadamente degradação do pavimento, insuficiências ao nível da segurança rodoviária e limitações estruturais que afetam a fluidez do tráfego, e a qualidade das deslocações. Estes fatores têm impacto direto na vida quotidiana dos munícipes, no desenvolvimento económico e na imagem do nosso território. - Reconhecendo a importância estratégica da EN 238 e a necessidade de garantir condições de circulação modernas, seguras e adequadas às exigências atuais, torna-se imperativo que o processo de conceção do projeto de beneficiação e melhoria desta infraestrutura avance com celeridade, permitindo que as fases subsequentes – financiamento, contratação e execução - possam ser desencadeadas dentro de prazos compatíveis com as necessidades do Concelho. A este nível, importa também salientar a imperiosa necessidade de ligação do nó de Pias da A13 à EN 238. - De igual forma, o Grupo de Deputados Municipais do Partido Socialista, tendo conhecimento da recente diligência entre o Município e o Ministro das Infraestruturas, propõe que a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere delibere: 1 – Instar à Infraestruturas de Portugal, I.P., a priorizar a rápida conceção do projeto de beneficiação e melhoria da Estrada Nacional 238, reconhecendo a sua relevância para a segurança rodoviária, mobilidade e desenvolvimento local; 2 – Solicitar ao Governo e às entidades competentes que assegurem os meios técnicos e financeiros necessários para que o projeto avance sem atrasos injustificados; 3 – Reafirmar o compromisso do Município de Ferreira do Zêzere em colaborar institucionalmente com todas as entidades envolvidas,

contribuindo para a concretização célere desta intervenção estruturante; 4 – Dar conhecimento desta moção à Infraestruturas de Portugal, I.P., ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, questionou os presentes se eram contra a aceitação da Moção que foi aceite pela Mesa da Assembleia Municipal. Continuou dizendo que se ninguém for contra ela, é aceite automaticamente, sendo posta à votação com algum contributo que lhe possam acrescentar, ao que o Senhor Deputado Municipal Eduardo Mendes solicitou o uso da palavra, dizendo que interpretando o sentir do grupo parlamentar da AD, subscrevem inteiramente tudo aquilo que a Moção refere, mas que solicitava que fossem acrescentados mais dois pormenores. Em primeiro, referiu que houve uma reunião com o Senhor Dr. Miguel Pinto Luz, na Sertã, se não está em erro, onde esteve o Senhor Presidente da Câmara Municipal que confirmou a dita reunião, ao que o Senhor Deputado Municipal, referiu que se devia agarrar a palavra, ou seja, que na redação final, se falasse na promessa ou decisão do Senhor Dr. Miguel Pinto Luz. A segunda era quanto às entidades a dar conhecimento, que é na opinião que se acrescentasse os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e a imprensa regional e/ou Nacional, terminando assim a sua intervenção concluindo que nada mais tinha a opor em relação à Moção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal, propunha então que no ponto quatro, ficasse a seguinte redação: “dar conhecimento desta moção à Infraestruturas de Portugal, I.P., ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e à imprensa.”.

Relativo ao outro ponto ficou “tendo conhecimento da recente reunião havida entre o Município e o Ministro das Infraestruturas”. -----

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Moção apresentada sob proposta do Grupo de Deputados Municipais do Partido Socialista nos termos anteriormente mencionados, evocando o quinquagésimo terceiro artigo do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, com as sugestões pontuais introduzidas em aditamento ao texto da Moção, pelo Grupo de Deputados Municipais da Coligação AD. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, José Pedro Joaquim, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por mencionar a Estrada Nacional 238, em Águas Belas, em que pretendia saber o ponto de situação, nomeadamente para quando se previa o início do asfaltamento, uma vez que andavam a debater aquele tema há vários meses e que era de bom tom terem uma garantia das entidades que estão envolvidas, terem uma informação sobre para quando a finalização, dizendo que o piso está péssimo e que tem causado muitos transtornos, problemas e até alguns danos em viaturas. Continuou, referindo-se aos trabalhos realizados nas bermas e valetas na E.N. 238, na zona de Águas Belas, que supostamente seria para a abertura de desobstrução de valetas, pretendia saber quem andou a fazer aquele trabalho e que tipo de trabalho, bem como qual seria a intenção, explicando que limpeza e desobstrução de bermas e valetas, não parece ter sido esse o trabalho, questionando assim o Senhor Presidente que esclarecesse quem é que foi, quem mandou, bem como qual seria a finalidade do trabalho. Pretendia também saber o ponto de situação da conduta em alta na zona dos Vales que tem dado alguns problemas, e se tem havido mais algum



desenvolvimento no estudo ou projeto que esteja elaborado para tentarem posteriormente resolver esse problema, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, Armando Cotrim, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por querer saber sobre os alcatoamentos nas freguesias, qual o plano e a calendarização para o ano de dois mil e vinte e seis propostas para as Juntas de Freguesia. Falou na Loja do Cidadão, sendo uma boa notícia para todos os que utilizam os serviços públicos, pois irão ter uma Loja de Cidadão de última geração. Pretendia assim saber qual o custo para o Município, se já foi feita a escritura e que serviços irá incluir a Loja do Cidadão, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição para o Conselho Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais, sendo mais uma prova da sua competência e do Município, ficando sempre muito agradado, quando ferreirenses e em particular autarcas ocupam determinados lugares sendo um sinal de que têm qualidade. Em relação à Moção apresentada, quis dar conta de que efetivamente houve uma reunião no Campus XXI, onde houve um compromisso por parte do Senhor Ministro das Infraestruturas, dizendo que é uma situação que não se resolve de um dia para o outro, sendo um bom sinal, esperando que se concretize. Valoriza e felicita a apresentação da Moção e o facto de ela ter sido aprovada por unanimidade, sendo mais uma medida de pressão. Prestou esclarecimentos aos Senhores Presidentes de Junta. Assim, começando pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, disse que a E.N. 238 está, “enguiçada”, começando a ficar aborrecido com o que se tem vindo a passar. Disse terem tido um conjunto de reuniões, sendo a última no local com as entidades Águas do Vale do Tejo,

Infraestruturas do Portugal, e Tejo Ambiente, para além do Município. Deu conta de que dessa reunião ficou decidido quem é que fazia o quê, como, quem começava, quem terminava, o que era necessário para que tal acontecesse. Referiu que saiu da reunião, com a esperança, com o compromisso de que antes do dia de Natal, teriam a primeira camada de regularização na totalidade da estrada. Disse que, como era evidente, a Estrada Nacional 238, necessitava de bom tempo, pelo menos cinco dias sem chover para poderem efetuar alguma coisa, mas que não foi esse o motivo e nos últimos dias tem procurado perceber o que se passa, referindo que o compromisso que foi assumido pelas entidades não está a ser cumprido. Nesse sentido comunicou no dia trinta de dezembro ao Senhor Diretor Regional das Infraestruturas de Portugal a necessidade de uma reunião urgente onde no dia referido foi comunicado à ADVT e à Tejo Ambiente, uma reunião para dia catorze ou dezasseis, na Câmara Municipal para que de uma vez por todas se assuma o que é que cada um faz e se resolvem aquele problema, dado que a Câmara Municipal não tem competência para o resolver, não dependendo desta a respetiva resolução, mas que está a mediar entre as entidades envolvidas. Referiu que se a situação continua como está, terá que tomar algumas decisões. Relativo às bermas valetas, houve uma empresa contratada pela entidade Infraestruturas de Portugal, onde o Senhor Presidente já teve o cuidado de dar conta, de que efetivamente fez um mau trabalho, e que em nada ou em pouco beneficiou aquela estrada, e as respetivas valetas. Referiu que aquela intervenção tinha ficado combinada para que as outras intervenções por parte da ADVT e da Tejo Ambiente pudessem acontecer e tivessem, como é óbvio, melhores condições. Disse que quem lá passou reparou que foi uma intervenção que não se coaduna de todo com aquilo que são as boas regras de limpeza, e sobretudo de segurança. Disse que a entidade Infraestruturas de Portugal está avisada e que deram conta de que



fariam chegar ao empreiteiro, ou ao sub-empreiteiro essa notícia. Relativamente aos Vales, não se recorda se disse na última sessão da Assembleia Municipal, informou que a ADVT, em uma reunião que tiveram com o Conselho de Administração, assumiu o compromisso de fazer a substituição daquela conduta a tempo de se poder depois avançar também com a colocação de betuminoso na restante E.N. 238, sendo uma obra da I.P... Quis dizer ainda, que já se está a trabalhar no levantamento topográfico em conjunto com a Tejo Ambiente, por se ter uma intervenção a efetuar naquela zona. Deu conta de que as duas entidades naquele espaço já se entenderam, sendo que irão efetuar um protocolo depois, cujo objetivo é realizar rapidamente a intervenção e que esta seja feita a tempo também de haver a colocação de betuminoso até à Ponte do Vale da Ursa, sendo este o compromisso que se assumiu com o novo Conselho de Administração, esperando que no primeiro semestre, haja a devida intervenção, e também da entidade I.P., referindo que estando previsto a I.P. fazer a colocação de betuminoso, seria o erário público que iria ganhar com essa situação. Esclarecendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, relativamente ao alcatroamento, disse que acabou naquela data o prazo de audiência prévia. Acrescentou que na próxima segunda-feira o processo será enviado ou será remetido para o Senhor Presidente da Câmara, o relatório do júri que aguarda para se poder adjudicar. Posteriormente será tratar da Minuta de Contrato, sendo a previsão para meados do mês de fevereiro, para que consigam iniciar os trabalhos. Relativo à Loja do Cidadão, deu conta que fizeram a escritura, na semana anterior, da loja da antiga Caixa Geral de Depósitos, cuja aquisição teve um custo de duzentos e setenta mil euros, que foi devidamente avaliado interna e externamente. Disse que não podem perder tempo, e que irá abrir aviso específico para o Município de Ferreira do Zêzere, para se concorrer a uma Loja de Cidadão de última geração.



Referiu ser um investimento que poderá ir até quinhentos ou seiscentos mil euros para a requalificação e para tudo o que nela será contido. Informou que já efetuaram convites para que se faça um projeto de execução, sendo um projeto simples, comparativamente a outros projetos que têm vindo a efetuar, dizendo que dispõem posteriormente de cinco meses para fazer a obra. Terá que haver concorrentes e que se comprometam, não falhando com aquilo que é a execução. Deu conta que irão ter a AT – Autoridade Tributária, Segurança Social, o Espaço do Cidadão, e parte ou a totalidade do Balcão Único. O Senhor Presidente está bastante satisfeito, devido a que além de prestarem um bom serviço aos Municípios, tem uma certeza maior de que conseguem continuar a garantir um conjunto de serviços públicos que são fulcrais, para aquilo que é a necessidade de territórios de baixa densidade, como aquele em que o Concelho de Ferreira do Zêzere se insere. Assim, assumem algumas responsabilidades, mas com certeza prestarão a todos os Municípios o melhor serviço, terminando assim a sua intervenção. -----

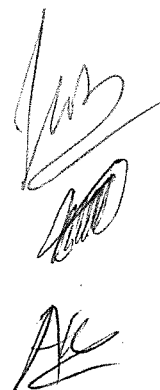
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, e seguindo a representatividade deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Silva. -----

Entretanto, ainda o Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, sobre uma questão, referiu que os Senhores Deputados só tomam posse, não no ato de substituição, mas no ato de renúncia, segundo o que diz o código e a ANAM e as normas que vêm da ANAM. Referiu que os Senhores Deputados que estão como substitutos, não têm de tomar posse. Disse estarem ali naquela sessão, como podem não estar na sessão seguinte, ou estarem e serem substituídos. É o que refere a ANAM, sendo isso legítimo, ao que o Senhor Deputado Municipal Eduardo Mendes, solicitou o uso da palavra, onde se dirigiu ao púlpito para intervir. Começou por ter alguns conceitos a



esclarecer. Questionou o que era a ANAM, ao que o Senhor Presidente da Assembleia referiu que era a Associação Nacional de Assembleias Municipais. O Senhor Deputado Municipal, disse que não reconhece, nem nenhum Deputado Municipal do seu partido reconhece qualquer autoridade jurisdicional, a uma associação privada, dizendo que não é uma associação de direito público, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que era. O Senhor Deputado Municipal, continuou questionando qual era a delegação, se era uma ordem profissional, se tinha delegação do estado. Disse que não conhece nenhuma delegação do estado para legislar a ANAM. Prosseguiu dizendo que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, tem a seguinte prática, dizendo como funcionam, e que quando vem um Senhor Deputado pela primeira vez substituir alguém, vem de facto desempenhar uma função pública e nesse sentido tem de ser juramentado. Referiu que o que acontece nas vezes subsequentes em que o Senhor Deputado venha substituir alguém, já não o é, devido a ter jurado na primeira vez que esteve nessa legislatura. Pediu desculpa ao Senhor Presidente, que interpretará as coisas muito bem, mas disse que nem reconhece a ANAM qualquer capacidade que não seja meramente interpretativa, como qualquer parecer jurídico, não faz lei. E deu conta de que não pode de maneira nenhuma aceitar que a CIMT, seja menos competente para analisar a matéria de qualquer um dos presentes, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira, no uso da palavra, começou por esclarecer que efetivamente não existe nenhuma tomada de posse, quando há substituição pelo motivo óbvio de que a pessoa não foi eleita e não renunciou ao cargo. E não havendo uma renúncia, não há uma



substituição para a prática futura. Disse ainda que está a representar o eleito, sendo essa a designação mais real, a de representação, terminando assim a sua intervenção. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que já foi prática existente nos últimos quatro anos na Assembleia Municipal. Deu conta ainda de que a ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, é uma associação de utilidade pública com direito público. Tem pelo duzentos e setenta e oito associados que é reconhecida pelo governo como um parceiro e uma entidade, como é a ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, podendo emitir pareceres acerca daquilo que os seus associados possam seguir, terminando assim a sua intervenção para dar a palavra aos Senhores Deputados. -----

O Senhor Deputado Municipal João Silva, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, começou por pretender um ponto de situação das obras da escola Pedro Ferreiro, dizendo que estão perto dos seis meses para a obra concluir. Continuou pretendendo também um ponto de situação das obras do Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere. Em relação à habitação a custos acessíveis, dando conta que foi consignado a catorze de outubro a empreitada para a construção de vinte e quatro apartamentos, pretendia perceber para quando o início das obras e conclusão das mesmas. Referiu que deu conta, na comunicação social da intenção do Município apoiar a vacinação infantil, nomeadamente a que não está contemplada no Plano Nacional de Vacinação do SNS – Serviço Nacional de Saúde. Começou por endereçar ao Senhor Presidente da Câmara, em nome dos Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista, os parabéns por tal intenção, e tentar perceber para quando se irá materializar esse apoio para as respetivas famílias, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal, Mónica Antunes, no uso da palavra, pretendia o esclarecimento de três pontos. Em relação à Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, nomeadamente a evolução das obras, os prazos, se existem constrangimentos, e a perspetiva para a conclusão da mesma. De seguida, referiu-se ao espaço Coworking, no âmbito do projeto de reabilitação da escola de Pias, referindo que foi comunicado na Assembleia Municipal de setembro que estariam a receber candidaturas, e a analisá-las, pretendendo assim também um ponto de situação em relação ao espaço. Por finalizar, um ponto de situação das obras de melhoria das acessibilidades que estão a decorrer na zona do Lago Azul. Diz que já são visíveis alguns resultados, mas pretendia saber eventuais constrangimentos, bem como respetivos prazos, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, no uso da palavra, começou por referir a proteção de dados e sigilo. Disse que recorda o Senhor Presidente da Câmara ter manifestado a preocupação em ter de fechar a porta do seu gabinete. Referiu que teve o cuidado de efetuar uma pequena sondagem em três ou quatro colegas, das áreas administrativas e financeiras de empresas, onde duas delas foram bastante taxativas. Referiu que uma empresa de distribuição de nível nacional, funciona sem papel, estando tudo informaticamente, proíbe qualquer acesso a redes, mensagens pessoais, a partir dos computadores da empresa. Disse que é expressamente proibido trazer pen's, seja o que for, com dados e/ou ficheiros para introduzir nos respetivos computadores. Falando nas Password's, e além de não poderem mesmo, e que é motivo de despedimento, serem passadas de uns funcionários para outros, são substituídas periodicamente. Lembrou novamente que aquela situação era de uma empresa de distribuição alimentar de nível nacional.

Falou também de uma empresa que trabalha com papel, dizendo que a mesma tem

um cofre, onde se guardam todos os dados relativos a clientes e quando se chega ao fim do trabalho, vão todos para esse cofre e ficam fechados lá dentro, nomeadamente vendas, dados, contatos bancários, etc... Recomenda, assim ao Senhor Presidente que feche a porta do seu gabinete quando sair do mesmo. A outra questão que pretendia abordar era a questão da empresa que fez a intervenção na Estrada Nacional 238. Elucidou os presentes para visualizar as retroescavadoras que têm a pá frontal, e na parte de trás uma pequena peça para trabalhar dentro das valetas, dizendo que naquela situação como era uma empreitada, não lhe parece que houvesse fiscalização, uma vez que os trabalhadores que andavam na obra tinham o logotipo da empresa. Referiu que nos sítios onde houve inundações nos últimos tempos, veio o lixo que entupiu a valeta, dizendo que de dentro do alcatrão para fora, com a pá frontal, onde atacaram junto onde havia alcatrão, seguindo tudo à frente, e quando faziam um monte, carregavam e lavavam a despejar. O que quis dizer com aquilo foi que além de ter ficado lá uma rampa de terra mexida para escorregar, nomeadamente no acesso aos caixotes do lixo, o pouco espaço que havia de passeio, dizendo que em alguns sítios era um palmo, até esse desapareceu. Deu conta de que não viu ninguém que tomasse conta daquela situação, e que andam a ser tramados por aqueles que deviam defender-nos. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia e falando no artigo vinte e dois do Regimento da Assembleia Municipal, refere que as sessões da Assembleia Municipal têm habitualmente lugar no edifício Paços do Concelho. Disse que por decisão da Assembleia Municipal, o plenário pode reunir fora do Paços do Concelho. Não se lembra que a presente Assembleia Municipal se tenha pronunciado sobre o facto anterior. Continuou dizendo que os membros da Assembleia Municipal tomam lugar na sala de acordo com o deliberado pelo plenário. Disse que não lhe ocorre, que o

plenário, ou pelo menos a conferência de líderes, tenha sido ouvida ou achada sobre a disposição que tem naquela sessão. Fez um protesto, devido a não ter as mínimas condições de trabalho, nem os seus colegas. Disse que não podem trazer um computador e onde o pôr, a garrafa de água anda de um lado para o outro, os papéis baralham-se uns nos outros, e que não é fácil ter um dossier quando são volumes grandes. Referiu que algumas situações de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, tem de ser apresentadas por escrito, dizendo que não existe condições mínimas para escrever um documento legível nas condições atuais para apresentar. O Senhor Deputado Municipal, apelou assim ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo regresso, sem qualquer agravo, não vendo nenhuma razão para isso não acontecer, reunir novamente no Salão Nobre da Câmara Municipal, dizendo que agora até são menos, pois há menos dois presidentes de junta, não percebendo porque o Senhor Presidente da Assembleia que devia pugnar por aquelas situações e não o faz. Continuou e dirigindo-se novamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que nos termos regimentais, a alínea e, do número catorze, os Deputados Municipais, têm o direito a receber as atas das reuniões do executivo municipal, pedindo para conferirem o artigo, para ter a certeza de que é de bom direito, e que não foi inventado pelo Senhor Deputado Municipal. Disse ainda que não recebeu nenhuma ata, e que teve o cuidado de verificar no site do Município, e que encontrou a última ata publicada datada de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três. Disse que para quem anda distraído, recorda que na sessão da Assembleia Municipal de dezanove de setembro de dois mil e vinte e cinco e em conformidade com a ata dessa reunião na página cinquenta e cinco, o Senhor Deputado na qualidade de membro do público fez uma intervenção sobre essa matéria, referindo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo às



questões levantadas nessa reunião, informou que nesse mesmo dia, autorizou trabalho extraordinário para atualizar e colocar a tempo as atas. Deu conta assim que três meses depois, nada aconteceu. Disse haver alguém distraído, mas deixando a que cada Deputado Municipal ajuizasse pessoalmente a situação. Passou a outro assunto de interesse geral e relativo à população, dizendo que se socorreu de fontes credíveis, nomeadamente Fundação Francisco Manuel dos Santos através da Pordata, pretendendo falar sobre o Turismo. O Senhor Deputado Municipal chamou a menina dos olhos do atual executivo municipal. Referiu que entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e quatro, o turismo em Portugal cresceu catorze vírgula cinco por cento, em que duzentos e quarenta e três municípios com crescimento das estatísticas de estadias turísticas. Dos referidos, vinte e nove, mais que duplicaram. Em Ferreira do Zêzere, tiveram vinte e oito mil e sete dormidas em dois mil e vinte e vinte quatro, ou seja, uma média de setenta e sete turistas por dia, o que corresponde a um por cento da população do Concelho de Ferreira do Zêzere. Disse que o pior ainda é que representa uma diminuição de zero vírgula cinco por cento, em relação a dois mil e dezanove. Disse que se perdeu a grande aposta nos últimos quatro anos do Turismo. Deu conta de que há alguma coisa que está errado, dizendo que ou existe propaganda a mais e uma realidade que não é ali propagandeada. Prosseguiu dizendo que também na Pordata, está a média remuneração dos trabalhadores por conta de outrem do Concelho de Ferreira do Zêzere que é de mil, cento e cinquenta e oito euros e quarenta cêntimos, onde a média nacional é de mil quatrocentos e sessenta euros. Disse que em relação aos cinco Concelhos vizinhos, onde os vizinhos não significam necessariamente os que estão mais perto dos limites, os trabalhadores por conta de outrem, em Ferreira do Zêzere, têm um rendimento é menor que todos os outros onde têm o maior grau de escolaridade. Referiu que a média é de nove vírgula

seis anos de escolaridade por trabalhador. Dos mil seiscentos e noventa e dois trabalhadores por conta de outrem, existentes em dois mil e vinte e três, cinquenta e três, vírgula oito por cento não tem o ensino secundário, onde só dez, vírgula oito por cento em Ferreira do Zêzere é que têm o ensino superior. Pensa assim que a situação abordada é um assunto sério e que deve preocupar a todos e que é um verdadeiro assunto para ser debatido naquela sessão e/ou nas sessões temáticas, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal, Sara Diogo, no uso da palavra, disse que nos últimos quatro anos, sempre se verificou nas Assembleias Municipais, que no período de antes da ordem do dia, eram sempre os deputados municipais da bancada com maior representatividade que tomavam a palavra inicialmente. Questionou se tem mesmo de ser assim, dizendo que o que se verifica muitas vezes, é que a maioria dos assuntos são levantados pela bancada do PS, parecendo que os outros elementos estão um pouco distraídos, devido a não haver necessidade de repetir os assuntos. Disse ser uma sugestão caso fosse possível. Referiu outra sugestão, desta vez para o Município, prendendo-se essencialmente com as obras na escola Pedro Ferreiro. Aos professores que lá trabalham parece que está atrasado, mas pretendia pedir ao Senhor Presidente que comece a estudar a possibilidade de não deitar abaixo todo o edifício restante. Deu conta que volta a frisar novamente como em outras intervenções em sessões, dizendo que aquela parte do edifício não irá chocar completamente com o edifício novo, pois tem um conjunto de infraestruturas, que vão fazer falta no novo edifício. Referiu que não é de todo sustentável e lógico deitar abaixo, uma parte do edifício que tem uma biblioteca do melhor que há, em termos de espaço, de luminosidade, de conforto. Disse não ser lógico deitar abaixo um ginásio completamente equipado com todo um conjunto de máquinas que fazem

inveja a outros ginásios e que está aberto à comunidade, referindo que não faz sentido deitar abaixo um conjunto entre seis a dez salas de aula, que irão fazer muita falta, uma vez que o novo edifício tem um número mais reduzido de salas de aula. Referiu que haverá certamente soluções arquitetónicas, para “lavar a cara” àquela parte do edifício, de forma a que não choque em termos arquitetónicos com o novo edifício. Deu conta da questão da segurança antissísmica, que em tempos foi referido, que se fosse por isso, teriam de deitar abaixo metade do país. Deu o exemplo que se fossem para Lisboa onde é a região do país com maior risco sísmico, seria bastante complicado. Não lhe parece que essa seja uma boa desculpa, dizendo que se houve vontade política, talvez fosse possível reaproveitar aquele espaço que vai certamente dar muito jeito, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Bernardo Morgado, no uso da palavra, começou por referir que sentia de grande ânimo em estar presente nas sessões de Assembleia Municipal, na condição de estar a substituir um Deputado Municipal. Dirigindo-se então ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por questionar o mesmo sobre quais as suas ideias para o mandato das Assembleias Municipais Jovens. Disse que esteve na Assembleia Municipal Jovem em dois mil e vinte e dois e vinte e três, e não esteve em dois mil e vinte e quatro por falta de quórum, e sabendo os problemas que assembleias municipais jovens tiveram na altura, pretendendo assim saber exatamente qual a ideia para o atual mandato, se manter exatamente como foi no mandato anterior ou se pretende mudar para realmente as assembleias municipais jovens terem algum propósito. Questionou também o porquê de na publicação no dia anterior da atual sessão da Assembleia Municipal, terem dito que não ia haver transmissão e que felizmente a sessão está a existir com respetiva transmissão, compreendendo que quando se fazem as assembleias

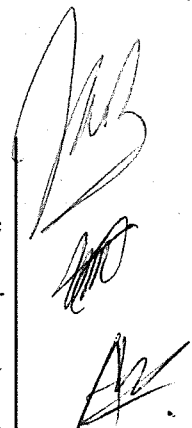
municipais descentralizadas seja muito complicado transmitir devido à falta de rede ou de equipamentos, mas que quando é transmitida no Centro Cultural, disse ter toda a lógica de transmitir, pois existem muitas pessoas que não têm a capacidade de se deslocar a Ferreira do Zêzere, ainda para mais a um dia às vinte e uma horas da noite, optando assim por verem em casa, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, e no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, falou sobre a questão da estatística. Disse que os dados são os que estão no site da Pordata, mas partindo do pressuposto, que os dados estatísticos é responsabilidade política, disse ser um bocado exagerado. Referiu que as políticas se fazem e os resultados vêm depois. Deu conta que se se considera que há resultados que são menos bons, tem é que se olhar para as políticas que estiveram na retaguarda, não se podendo penalizar o atual executivo que está há quatro anos na Câmara Municipal por causa da estatística que o Senhor Deputado Municipal Eduardo Mendes mencionou. Referiu que convém ter algum cuidado quando avaliam a estatística, pois esses resultados, serão reflexo do que está para trás, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Marco Graça, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que se tem falado no Concelho de Tomar, numa grande superfície, nomeadamente a Mercadona, que estará interessada em um terreno para se instalar em Tomar. Disse que em tempos o ALDI esteve interessado em Ferreira do Zêzere, questionando assim se não haveria hipótese de conseguir mais uma grande superfície a instalar-se no Concelho de Ferreira do Zêzere, dizendo que só têm o Intermaché, e que na grande parte do ano é muito limitado à procura que tem., nomeadamente no verão e outras épocas festivas,

referindo perante não haver poder de escolha, a alternativa é sair do Concelho e procurar em Concelhos vizinhos, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, quis responder a algumas questões, começando por dizer que o regimento prevê que as assembleias se localizem nos Paços do Concelho, referindo que o motivo de terem vindo para o Centro Cultural, prendeu-se com a época do Covid-19, e com as necessidades que houve em termos de espaços amplos, abertos, não vendo com qualquer apreensão ou com qualquer motivo restritivo, a hipótese de se regressar aos Paços do Concelho, fazer a respetiva Assembleia Municipal. Disse que, no entanto, e deixando bem claro, que os motivos foram os anteriormente mencionados e que neste momento estão quase a passar por uma crise idêntica, falando na Gripe A, que está a ocupar inúmeros ventiladores em Hospitais, falando em diagnósticos de mil casos por semana em Coimbra. Deu conta que os motivos do Covid-19 são diferentes, por a ser uma situação que se identificou, que se arranjou uma vacina, que em relação à gripe A não há vacina e nem está identificada, querendo dizer que os motivos foram efetivamente para a proteção das pessoas, nada mais do que isso. Voltou a frisar que não vê qualquer problema em voltar para os Paços de Concelho, desde que não haja nenhum problema maior ou qualquer situação por parte da DGS – Direção Geral de Saúde que venha a propor alguma norma restritiva. Em relação à possibilidade de as Assembleias Municipais Jovens sejam institucionalizadas, dizendo que está em cima da mesa para ser apresentada numa proposta de eventual legislação ao governo onde por isso depois teríamos que nos adaptar. A sua ideia era começar a se adaptar para essa situação, referindo que as Assembleias Municipais Jovens irão passar a incluir unicamente alunos do nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo, e que os outros anos poderiam ser tidos em conta noutro tipo de Assembleia, mas que não



naquela que irá ser institucionalizada. Respondendo à Senhora Deputada Municipal, Sara Diogo, disse que o que se tem seguido é sempre a proporcionalidade de entre os partidos agora representados na Assembleia Municipal, em relação ao número total de eleitos, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Bruno Gomes, no uso da palavra, e respondendo ao Senhor Deputado Municipal João Silva, em relação às obras da escola, disse que a CCDDR-LVT é a entidade que faz a gestão primária dos fundos comunitários para as escolas e deu conta de que tiveram uma reunião com a entidade CCDDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vela do Tejo, e com a empresa da obra, onde a mesma se comprometeu a entregar um novo mapa de trabalhos, para conclusão das obras no tempo necessário para que o Município não perca os Fundos Comunitários, relativo à sua concretização. Disse estarem a aguardar esse novo Mapa de Trabalhos. Sabe que já houve reuniões no terreno com a administração, com o coordenador de obra e alguns subempreiteiros, sendo o que pode informar naquela data. Relativo ao Centro de Saúde, disse estar tudo a correr bem, ao referir que tem havido uma boa articulação com a ULS – Unidade Local de Saúde, no sentido de se poder ir fazendo alguns trabalhos de ambas as partes. Deu conta de que irão conseguir dar melhores condições aos utentes, aos médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e técnicos. Falando na habitação informou que já consignaram oito fogos, estando a decorrer trabalhos de preparação de obra pré-fabricada. A obra tem alguma pré-fabricação de elementos e está a acontecer com alguma organização, estando o espaço já devidamente protegido. Falando no procedimento dos dezasseis fogos, informou que terminou o prazo de audiência prévia, pelo que pretendem em meados de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que a obra aconteça. Dando conta do Plano Nacional de Vacinas, o



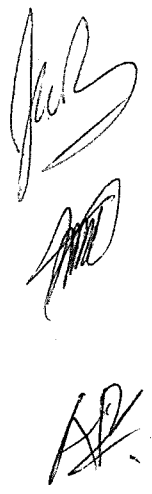
Senhor Presidente disse que já reuniu com a ULS, e que agendaram uma reunião para antes da concretização do regulamento para se perceber quais as vacinas que faz sentido a Câmara Municipal apoiar e que são prementes, e que dessa reunião sairão as vacinas e o montante máximo das mesmas, pelo que tudo indica que levarão à próxima reunião de câmara, a abertura da discussão pública, para quem quiser, poder alocar, alguma mais valia para o respetivo regulamento, e que seguirá devidamente os prazos. Acredita dentro de seis meses estarão a apoiar um conjunto de vacinas que não estão no Plano Nacional de Vacinas. Em esclarecimento à Senhor Deputada Municipal Mónica Antunes, e em relação à Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, disse que fizeram um pedido de prorrogação de prazo à entidade de Turismo de Portugal, que foi deferido, querendo muito terminar a obra até fevereiro, março de dois mil e vinte e seis. Referiu que o estacionamento já está bem avançado, a estrutura de apoio a bar e restauração, que sendo pré-fabricada, é só montar no sítio, dando conta de que tudo o resto está a correr bem, dizendo que teve o cuidado de ir ao local mais que uma vez. Deu conta de um constrangimento relativo a um morador devido a um acesso e que pretende que a Câmara Municipal e a empresa em conjunto possam amenizar a situação. Falando no Espaço Coworking, deu conta de que estão a fazer um contrato com uma pessoa, cuja candidatura já foi analisada, referindo que pretendem que no início do ano de dois mil e vinte e seis possa estar em funções e que vai ser sujeito a reunião de câmara uma outra candidatura. Disse não ter a clarividência e a rapidez que desejaria, mas estão a trabalhar para que as coisas possam correr e fluir melhor. Passando para o assunto das acessibilidades do Lago Azul, informou que a conclusão está dependente daquilo que é a cota da água. Disse que a pluviosidade tem sido alguma e que tem permitido acumular água na Barragem de Castelo do Bode, mas necessitam que a



cota desça para se conseguir concluir as acessibilidades, sendo um investimento que acha importante. Em resumo disse que já falou ali de dois bons investimentos que vêm alavancar no futuro, a qualidade e a quantidade, sobretudo a qualidade turística, que sempre defendeu para Ferreira do Zêzere. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, e em relação ao RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, disse que teve o cuidado de fazer uma apresentação sobre aquele assunto e o trabalho desenvolvido pelo Município nesse sentido. Naquilo que é a legislação, nomeadamente o Regulamento nº 2016/679, de 27 de abril, que entrou em vigor a vinte e quatro de maio, tornando-se, porém, diretamente aplicável e de cumprimento obrigatório em todos os Estados-Membros a partir de vinte e cinco de maio de dois mil e dezoito, nos termos do artigo nonagésimo nono. Em Portugal, o regime de execução do RGPD foi aprovado pela Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, ou seja, em nove de agosto de dois mil e dezanove. Cumpre ainda recordar que a proteção de dados pessoais não constitui uma realidade nova no ordenamento jurídico português, encontrando consagração constitucional desde mil novecentos e setenta e seis, designadamente no artigo trigésimo quinto, da Constituição da República Portuguesa, bem como em diversa legislação infraconstitucional, nomeadamente nas normas respeitantes aos princípios da atividade administrativa constantes do Código do Procedimento Administrativo. Continuou dizendo que desde o dia um de setembro de dois mil e vinte e dois, encontra-se designada uma Encarregada de Proteção de Dados (EPD/DPO) do Município de Ferreira do Zêzere, tendo sido desenvolvidas e comunicadas aos trabalhadores várias medidas de sensibilização e conformidade, designadamente através de comunicações internas, informações escritas e pareceres emitidos sempre que solicitados, todos devidamente documentados. A nível



formativo, e falando no orçamento para dois mil e vinte e seis, que traz um reforço daquilo que é a formação, foram organizadas várias ações específicas, nomeadamente, um seminário sobre RGPD e o acesso a documentos administrativos em dois de junho de dois mil e vinte e três, uma sessão de “pequeno almoço formativo” sobre estratégias de implementação do RGPD em vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, uma sessão formativa em dezassete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, uma sessão em oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, e ainda, um seminário realizado em trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco sobre o Direito à Informação Administrativa, acesso aos Documentos Administrativos e Proteção de Dados Pessoais, com participação de trabalhadores do Município e de outros Municípios. Deu conta que entendem que para a implementação do RGPD, precisavam de conhecimento mais técnico, disse que desencadearam, um procedimento de contratação de serviços especializados de implementação do RGPD, bem como também a realização de avaliações de impacto. Disse que o contrato foi iniciado em nove de abril de dois mil e vinte e quatro, e que teve o tempo, espaço temporal de um ano. Referiu que nem o RGPD, nem a Lei n.º 58/2019, impõem de forma expressa, a obrigação de adoção de um regulamento municipal específico de proteção de dados pessoais. Deu conta que aquilo que o Município está a fazer é mais do que aquilo que estão obrigados, esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, de que estão a dar atenção maior do que aquela que é estritamente necessária. Referiu que a referência a códigos de conduta constantes do artigo quadragésimo do RGPD, assume natureza facultativa, uma vez que a norma prevê que associações ou outros organismos representativos “podem elaborar”, tais instrumentos, não configurando uma imposição jurídica, acrescendo que o artigo quadragésimo primeiro, admite, em determinadas vertentes de supervisão, a



execução de organismos públicos. Continuou dizendo que não obstante a inexistência de obrigação legal escrita, o Regulamento Municipal de Proteção de Dados de Ferreira do Zêzere, constitui um instrumento orientador interno, destinado a apoiar os colaboradores na correta aplicação das normas de proteção de dados, e em simultâneo, reforçar a transparência perante cidadãos e demais destinatários que interagem com o Município no âmbito das relações jurídico-administrativas que envolvem o tratamento de dados pessoais. Falou também no cartão de cidadão, dizendo que nos termos do artigo quinto da Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro, é proibida a retenção ou conservação do cartão de cidadão por entidades públicas, ou privadas, salvo nos casos previstos na lei ou mediante decisão de autoridade judiciária. A mesma disposição estabelece que a reprodução do cartão de cidadão, por fotocópia ou qualquer outro meio, apenas é admissível com o consentimento do titular ou quando a lei ou uma decisão judicial o prevejam expressamente. Assim, sempre que o titular preste consentimento expresse, é lícita a reprodução do cartão de cidadão para fins de conferência ou instrução procedimental, e se o titular recusar tal consentimento, a entidade pública deve limitar-se à verificação da identidade mediante apresentação física do documento, sem proceder à sua reprodução ou retenção. Passando para outro assunto, nomeadamente à IP – Infraestruturas de Portugal, referiu que o subempregado fez um mau trabalho, naquilo que foi a correção das valetas. Referente às Assembleias Municipais, disse ter uma intenção, ao dizer que no dia 12 de dezembro do ano de dois mil e vinte e seis, faz cinquenta anos que houve eleições autárquicas, tendo sido as primeiras no ano de mil novecentos e setenta e seis, referindo que gostaria muito que o salão Nobre dos Paços do Concelho pudesse ter uma intervenção que desse dignidade àquela sala. Disse que possivelmente a Câmara de Ferreira do Zêzere, é das que tem uma sala de

sessões de câmara e de assembleia das mais simples, ou das menos dignas, achando que a sala é merecedora de um conjunto de obras, a nível de intervenções simples, com outro mobiliário, pelo que gostaria nesse dia referenciar essa intervenção bem como os cinquenta anos das primeiras eleições autárquicas. Relativo às atas, disse que não foge à questão colocada, pelo que continuará a aprovar trabalho extraordinário, e até aumentar os recursos humanos como a seguir estará mencionado no novo Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e seis. Deu conta de que estão a trabalhar até com Inteligência Artificial e com aquisição de um novo software para que as atas sejam escritas de forma mais rápida e de uma vez por todas consigam resolver aquele problema. Disse estarem a fazer um esforço para que a do mandato atual sejam céleres e que sejam aprovadas de reunião para reunião. Falando no Covid, e em relação à Pordata, dizendo que a mesma é gerida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que é uma entidade privada, e não pública. Disse que não consegue mudar tudo em quatro anos, nem o atual executivo, e nem em oito ou em doze se ainda lá estiver na Câmara, mas pretende sair do Município com rácios que expressem bem aquilo que é a qualidade de trabalho do executivo e por todos os outros que passaram pelo Município. Referiu ter muito respeito pelo passado, por todos os autarcas, mas que em relação aos números apresentados custa olhar para eles, pois não acredita neles, estando no seu direito. Disse que houve uma exponenciação de dormidas por parte do COVID, e que pelos dados que detém, sejam de conversas informais com restauração, seja de números de alojamentos registados, e devidamente analisados pelo seu serviço específico, quer seja pela necessidade de ter que alocar mais recursos humanos para que as ditas inspeções aconteçam, quer seja por todo o investimento que têm feito a nível turístico, e que falaram anteriormente e que irão falar de mais algum, de que tudo se pode

especificar e quantificar. Disse que com certeza nos próximos anos haverá aumento, por a andarem a trabalhar para que isso aconteça. Falando no vencimento das empresas, disse ser um problema em territórios de baixa densidade, referindo que o Concelho de Ferreira do Zêzere tem quase uma taxa de desemprego de zero por cento e que só não tem devido a haver um conjunto de pessoas que entendem querer só trabalhar naquilo que é o seu ramo especializado, não querendo trabalhar em determinados horários, sendo um direito que assiste a cada cidadão. Deu conta de que necessitam de mão de obra, mas que precisam de dar condições para isso, lembrando que estão a ter bastante investimento, fruto daquilo que foi a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal, fruto dos empresários, da proximidade da Câmara Municipal com os empresários, do trabalho da comunidade com o Município, bem como da exposição regional, nacional e internacional. Referiu ser um trabalho de todos, sentindo-se muito orgulhoso das empresas que estão sediadas no Concelho de Ferreira do Zêzere, por estarem a dar o máximo, e para isso é necessário fixar pessoas, encontrar habitação para as mesmas, fixar empresas de emprego qualificado, estando a Câmara Municipal a trabalhar para que isso aconteça. O Senhor Presidente disse que concluíram a Revisão do PDM, e com essa conclusão houve um conjunto de investimentos, onde tem um espaço Coworking, onde irão fazer uma incubadora de empresas, dizendo que tem uma relação muito próxima com quem quer investir em Ferreira do Zêzere, sendo um trabalho de continuidade. Disse estar convicto de que aquele é o caminho, e que estão a trabalhar num instrumento maior, falando na concretização de uma nova escola que dará melhores condições aos seus alunos, que terão reflexos, naquilo que é a sua preparação, as suas notas, a entrada na faculdade, e naquilo que é emprego de qualidade. Esclarecendo a Senhora Deputada Municipal, Sara Diogo, e de forma



muito concreta, disse ser um assunto fechado que foi clarificado pelo Senhor Delegado Regional de Educação e que não há volta a dar, havendo um conjunto de exigências legais que o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência exige nomeadamente a eficiência energética, a atividade sísmica, etc., dizendo que a concretização irá acontecer. Deu as boas vindas ao Senhor Deputado Municipal Bernardo Morgado. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Marco Graça, referiu que em janeiro irá ter uma reunião informal entre um proprietário de um terreno e um promotor de uma grande superfície, mencionando que o promotor tem capacidade financeira suficiente para efetuar aquele investimento, aguardando assim que cheguem a acordo, para se poder concretizar, e haver competitividade. Disse que a Câmara Municipal dará as melhores condições aos empresários para se poderem fixar. Continuou dizendo que pretendia efetuar duas apresentações, sendo uma delas a do anuário de dois mil e vinte e quatro, esclarecendo que é um estudo de responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, com o respetivo apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Tribunal de Contas, onde se avalia a evolução económico-financeira das Autarquias e dos respetivos grupos empresariais. Deu conta de que o Município está em primeiro lugar no ranking dos Municípios com melhor índice de liquidez, e que esta posição de liderança comprova que o Município tem a melhor capacidade de liquidez a nível nacional, em que a sua tesouraria consegue fazer face a tudo o que são as suas despesas de curto prazo. Está em terceiro lugar no ranking global dos Municípios do distrito de Santarém, com melhor pontuação global. Estão em oitavo lugar no ranking dos municípios com menor peso do passivo exigível no ativo. Estão no nono lugar no ranking dos Municípios de pequena dimensão integrados na lista dos cem melhores classificados

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

globalmente, com uma subida de trinta e cinco posições relativo a dois mil e vinte e três. Estão no décimo quarto lugar no ranking dos Municípios com menor valor no passivo exigível referenciados pelo ano de dois mil e vinte e quatro. Estão no décimo sexto lugar no ranking, dos Municípios com menor prazo médio de pagamentos, dizendo que se tivesse mais recursos humanos estaria em primeiro. Estão no vigésimo lugar no ranking dos Municípios com melhores resultados económicos em dois mil e vinte e quatro. Deu conta que cada vez mais, vai ser difícil aos Municípios, com pouca capacidade de receita e com pouca dimensão, conseguir contrapor aquilo que são as situações resultantes das infraestruturas do mobiliário, etc... A capacidade de receita do Município é infinitamente menor aos grandes Municípios, fazendo com que os resultados económicos, tendam a ser piores. Estão no vigésimo sétimo lugar no ranking dos Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de Execução de receita liquidada e o grau de execução de despesa comprometida. Estão no trigésimo quinto lugar no ranking dos Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em dois mil e vinte e quatro. Disse que os resultados de dois mil e vinte e quatro consolidam a tendência de solidez financeira iniciada também em dois mil e vinte e um e surgem no momento em que grande parte do processo de descentralização de competências que se encontra praticamente concluído. Referiu que tem um conjunto de obras que irão ser faladas no próximo orçamento. Pretendem continuar, com prudência, responsabilidade e estabilidade financeira, colmatando necessidades de décadas e a projetar o futuro. Deu conta que tem uma saúde financeira extremamente robusta, com contas equilibradas, pagamentos atempados e sem dívidas significativas, onde a gestão tem sido marcada pela prudência, responsabilidade e foco na estabilidade financeira, posicionando o Município de forma forte entre os seus pares regionais e



nacionais, acreditando que é com contas equilibradas que se honra a confiança dos cidadãos. Aproveitou para agradecer a três elementos que passaram na vereação no mandato anterior, nomeadamente o Dr. Orlando Patrício e a Dr.ª Ana Elisabete Ferreira e o Senhor Sérgio Morgado, dizendo que o resultado dos valores atrás referidos, é fruto também do trabalho deles, por tudo aquilo que foi feito. O Senhor Presidente sempre defendeu que Ferreira do Zêzere deveria ter um peso cada vez maior, naquilo que eram as entidades regionais e nacionais, tendo o Município trabalhado para isso, pois se não tivesse trabalhado, se não fossem competentes, não estaria hoje em alguns lugares. Diz que não se lembra de o Município estar com tanta representação importante e com responsabilidade acrescida, sendo bons sinais, acreditando que no futuro ainda terão mais representação. Deu conta ainda de que são Vice-Presidente do Conselho da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Agência Médio Tejo 21, referindo que é uma agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, onde tem quinze Municípios, entre outros associados e alguns de relevo como a entidade Endesa. Tem a Vice-Presidência da Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, onde tem seis Municípios, entre outros associados relevantes, dizendo que foram a única Câmara Municipal, que embora seja membro substituto, foram a única do Distrito de Santarém no Conselho Diretivo da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, dizendo que é sinal que reconhecem ao Município de Ferreira do Zêzere, embora um Município pequeno, a competência naquilo que é a gestão diária, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal quis transmitir uma informação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já antecipou, referindo que no passado



cinco de dezembro, houve uma reunião da Associação Nacional das Assembleias Municipais, onde foi em representação da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, dizendo que foi eleito para o Conselho Geral da ANAM, sendo uma situação que honra a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, terminando assim a sua intervenção. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, no uso da palavra, e referindo-se ao documento em apreço, disse que está organizado pelas várias áreas do Organograma da Câmara Municipal. Disse que não existe uma uniformidade de prestação de informação de uma área para a outra, e que é nitidamente um trabalho de copy-paste. Referiu que é natural que um dirigente ou um responsável solicite aos seus colaboradores elementos para integrar um relatório, dizendo que é necessário que pegue neles, que os trabalhe, que dê alguma forma de uniformização, sobretudo os dados que são transversais a vários setores, os apresente unificados. Mencionando o relatório em análise referiu que para se perceber um documento daqueles, são necessários números como no orçamento. Deu conta que números só aparecem na área social, na proteção civil, no serviço de veterinário, na biblioteca e na área financeira, dizendo que o resto que aparece é palha. Referiu que o que estão nos outros são listas de tarefas, que nem sequer são caracterização de postos de trabalho, dando o exemplo de dar entrada ao correio, etc,... Questionou, quantos se fizeram, como se fizeram, que percentagem é que aquilo representa em relação aos objetivos,



com que prazos é que foi possível trabalhar processos, se houve reclamações. Disse que em lado algum existe uma estatística de reclamações. A Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere que é a entidade fiscalizadora da atividade municipal, a Câmara escusa-se desse trabalho. Disse haver total ausência de indicadores, mesmo nos casos em que dizem quantos cães vacinaram, quantos ninhos de vespas velutinas apanharam. Deu conta que, se há situações que não podem confirmar uma qualidade de serviço devido a ser aleatórios, dando o exemplo o caso das vespas, já outras dão para se perceber se foi atingido um determinado objetivo, sobretudo quando isso tem a ver com as melhorias. Disse que como na Câmara Municipal existe um reino de felicidade instituído por Despacho, na pessoa de uma senhora vereadora, tudo o que tem a ver com a felicidade, na sua opinião também deveria ser quantificado e nada diz no documento. Falou no SIADAP, dizendo que é um eixo fundamental da apreciação do funcionamento dos serviços, sistemas de informação da avaliação de desempenho na função pública, dizendo que os dirigentes máximos têm para efeitos da sua apreciação futura profissional, a atribuição e o cumprimento dos objetivos que lhe foram entregues numa carta de missão. Sendo com isso que são classificados para poderem um dia que deixem de ser diretores gerais, chefes de divisão, diretores de serviços, progredir na sua carreira. A mesma situação acontece em relação aos funcionários. Disse que, nada ali naquele documento deixa transparecer qual é a qualidade percebida dos serviços prestados pelo Município. Continuou dizendo que o documento tem um conjunto de dados fornecidos pela sociedade de advogados que presta serviço à Câmara Municipal, onde dão conta de um bom volume de processos em que a Câmara está envolvida, nem sempre como réu, com uma ou duas situações como autora, havendo um processo que preocupa o Senhor Deputado Municipal. Disse que nos processos apresentados não é claro a que é que se referem. Prosseguiu



dizendo que em relação ao processo que o preocupa, nomeadamente o processo 1357/24.3, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, em que o Município de Ferreira do Zêzere é o réu com a quantia de dois milhões e quatrocentos mil euros. Para o Senhor Deputado Municipal aquela situação é motivo de preocupação, esperando que sejam prestadas informações para que deixem dormir os Senhores Deputados descansados, garantindo que o Município, não vai nunca, sem que seja solidariamente ter de entregar aquela verba, significando um quarto de despesas correntes e das receitas correntes do Município, durante um ano. Disse que o Relatório Municipal é um longuíssimo documento, mas pretendia demonstrar como é tratado o Turismo, referindo que não viessem culpar o D. Afonso Henriques e os que andaram no executivo anteriormente. E para se ter uma noção da atividade do Turismo descrito no relatório, frisou o seguinte, atendimento turístico nos postos de Ferreira do Zêzere e de Dornes, com esclarecimento de questões. Receção e acompanhamento em visitas guiadas ao sítio arqueológico de Avecasta. Perguntou quantas vezes, quantas pessoas, nada refere. Receção e acolhimento em visitas guiadas à Aldeia Ribeirinha de Dornes, perguntou novamente, quantas pessoas, quantas vezes, onde nada se refere. Atendimento telefónico, resposta a e-mail's via Outlook, dizendo que se poderia informar quantos email's foram enviados. Venda de produtos de merchandising nos postos de turismo, perguntando que com certeza entregaram na tesouraria os valores, e quantos foram, onde nada diz. Venda de artigos do Clube de Produtores nos respetivos postos de Turismo, nada diz. Reposição do Stock, gestão documental, acompanhamento de visitantes à exposição Cavaleiros Templários no posto de turismo de Dornes, perguntando, quando, como, e onde, e quantos lá foram, nada diz. Inscrição de novos membros no clube de produtores e acompanhamento da equipa de marketing,



questionou quantos foram, nada se diz. Referiu que aquela situação segue pela página inteira, questionando ao Senhor Presidente da Câmara se aquele documento é um relatório, se é um documento para dar conhecimento às pessoas realmente o volume de atividade ou alguma forma de atirar palha para os olhos, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Bruno Gomes, no uso da palavra, começou por dizer que o Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes fez parte da Assembleia Municipal, com o anterior executivo, nunca se lembrando que tivesse o cuidado específico, ao contrário de se ter um relatório de atividades, tivessem uma Bíblia. Quis dizer muito claramente que Bíblias não vai ter. Deu conta que se pretende alguma informação de que não conste no Relatório, terá que a solicitar, dizendo que como é obvio, existe um conjunto de dados que se pode melhorar, clarificar. Disse que não é técnico, é político, referindo que o relatório daquilo que é a atividade municipal cuja responsabilidade é do Senhor Presidente da Câmara, será sempre mais político do que técnico enquanto estiver no cargo. Deu conta também de que o que está no relatório não é palha, dizendo que tem um conjunto de trabalhadores que alguns o Senhor Deputado Municipal bem conhece, que todos os dias vão trabalhar com empenho e que entendem que o trabalho que fazem é meritório. Disse que antes de ir embora da Câmara Municipal naquele dia, enviou um email a todos os funcionários a desejar um bom dois mil e vinte e seis, agradecendo o empenho, a competência para que ano após ano possam ter melhores resultados. Continuou dizendo que o relatório em apreço não é nenhum índice de qualidade, nem vai fazer nada em relação ao SIADAP, explicando que o SIADAP ocorre de forma paralela e de todo virão para aquele relatório objetivos dos trabalhadores, estando os mesmos no SIADAP e não sendo um documento público,

Handwritten signatures and initials in black ink on the right margin of the page. There are three distinct marks: a large signature at the top, a smaller signature in the middle, and the initials 'AV' at the bottom.

não vem para o respetivo relatório. Falando nos processos, relativo ao de dois milhões e quatrocentos mil euros, disse ser de uma entidade que quer ter uma infraestrutura turística que foi devidamente referenciada em Assembleia aquando do Plano Diretor Municipal, que levou a que fosse solicitado à Assembleia Municipal ainda há pouco tempo, uma retificação em Conselho de Ministros, e que está em tribunal, onde o Ministério Público tem vindo a pedir esclarecimentos à Câmara Municipal, dizendo que se o Senhor Presidente da Câmara quisesse, tinha caído, mencionando que o processo em questão, poderia ter implicações no Município do que lhe dizem, pois não foi no seu tempo. Disse que poderão ter que eventualmente ter de pagar o custo do projeto que ronda os cinquenta mil euros. Como pretende o melhor para o Concelho, tem feito de tudo para que aquela infraestrutura possa pelo menos da parte da Câmara Municipal ser possível. Deu conta de que tem uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e o proprietário da empresa, na primeira quinzena de janeiro para se perceber de uma vez por todas se a Agência Portuguesa do Ambiente resolve o assunto, até porque a janela de oportunidade é só até ao novo programa especial de ordenamento da Barragem do Castelo do Bode estar oficializado. Disse então que o valor daquela ação não é só ao Município, mas também à Agência Portuguesa do Ambiente, esperando que a mesma tenha a coragem de poder seguir aquilo que a CCDR, e o que um ex-Secretário de Estado da Administração Local também defende, em que faz todo o sentido que aquele autor não seja responsabilizado por um erro que não foi feito pelo Município, mas sim por um erro de transposição de uma má linha do território, para o Plano de Ordenamento da Barragem do Castelo do Bode, explicando assim o que está em causa. Referiu ainda que os munícipes devem sempre defender-se daquilo que entendem ser os seus direitos, mesmo que para isso a Câmara tenda a ser



prejudicada. O Senhor Presidente da Câmara pretende que haja equilíbrio de decisões, dizendo que se as pessoas tiverem que ir para tribunais para tentar garantir aquilo que entendem que é o seu direito, acha que fazem muito bem, elogiando-os, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, no uso da palavra, disse o que queria dizer era que o relatório tem palavreado a mais. Deu o exemplo da área pessoal, como dar entrada do correio, distribuir o correio, dizendo que isso é um conjunto de atividades que em qualquer sítio existe. Na sua opinião disse que nenhum cidadão tem interesse em saber o que é que fazem com o correio, dizendo que é obrigação do Senhor Presidente da Câmara apresentar o relatório da atividade municipal e não a obrigação do Senhor Deputado Municipal solicitar dados, referindo que pode pedir, mas é obrigação do Senhor Presidente apresentá-lo. Referiu ainda que a atividade deve referir coisas que interessam. Deu conta e em defesa de sua honra, dizendo que se recorda de um membro da imprensa no fim de vir a dizer que o Senhor Deputado parecia a oposição, e que tal não era o volume de situações incómodas com que bombardeava o Senhor Presidente Jacinto Lopes, a ponto de um dia terem chegado a um diálogo mais aceso, dizendo que o Senhor Presidente da Câmara, Jacinto Lopes, queria que o Senhor Deputado Municipal dissesse que tinha obrigado a alguma coisa ou pedido algum favor, para terem chegado a público e na Assembleia Municipal a este ponto referido, era porque alguma coisa bastante pesada se tinha passado e tinha dado origem a esse diálogo. Continuou dizendo que é obrigação do Senhor Presidente, prestar um relatório em condições, dizendo que se o Senhor Presidente não sabe fazer, que se faça assessorar. Daí que o Senhor Presidente da Câmara tem de ter um chefe de gabinete, adjuntos e dirigentes e se não servem que arranje outros, e disse que o Senhor



Presidente da Câmara não se venha escusar de não ser técnico, mas é responsável por apresentar um relatório em que se perceba que a Câmara está a trabalhar, e deu o exemplo do porquê de não constar o número de reclamações no relatório para se perceber se as pessoas estão satisfeitas com o serviço que lhe prestam ou se estão a reclamar desse serviço. Disse que tem dados no relatório que são altamente preocupantes, nomeadamente as receitas de capital, dando a explicação que são as receitas de verbas para investimento em relação ao orçamento até quinze de dezembro, falou quarenta e três, ponto setenta e quatro por cento daquilo que estava orçamentado, dizendo que nem a metade se chegou. Continuou dizendo que a receita total foi de setenta e quatro ponto cinquenta por cento. Dos setenta e quatro referidos, daquela verba estão seis milhões que são o saldo de gerência e que transitou a cem por cento. Se tirassem para fora o saldo de gerência ficavam pelos setenta e sete por cento da receita relativamente orçamentada. Não é preocupante em termos financeiros, mas em termos de execução política, preocupa a todos, dizendo que a despesa de capital, ou despesa de investimento, falou em vinte e um ponto noventa e nove por cento, questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre os números mencionados, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, disse que falaria sobre aquele assunto no ponto do orçamento, dando conta que tinha uma apresentação para efetuar do mesmo, onde não lhe custa nada defender o respetivo orçamento, referindo que os números não o preocupam de todo naquilo que é o orçamento dois mil e vinte e seis, bem como estarão em sessão de Assembleia Municipal a prestar contas em fevereiro de dois mil e vinte seis, relativo à execução do orçamento de dois mil e vinte e cinco, dizendo que também acha que as pessoas percebem a razão



pelo qual o grau de execução, naquilo que são as receitas de capital que é baixo. Falando na parte corrente, acha que mostra muito aquilo que é capacidade interna de um Município, ao dizer que não estão assim tão mal, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quis deixar uma pequena nota, dizendo que ainda não estão a contabilizar tempos naquela sessão, devido a não terem grelha dos tempos. Quis relembrar que vão já com vinte e cinco minutos, muito para além do tempo, pelo que pretendia chegar ao fim da Ordem de Trabalhos e que fossem sucintos e nas situações que tiverem que demorar mais tempo assim o farão. Como o documento em apreço é de apreciação não exige votação, referiu que iria passar ao ponto seguinte. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio financeiro de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição de um trabalhador, integrado na candidatura ao IEF - Projeto + Inclusão, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar atribuição de um apoio financeiro de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição de um trabalhador, integrado na candidatura ao IEF - Projeto + Inclusão, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

3. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para apoio financeiro de 50% do valor da tinta e matérias, correspondente a gastos na reparação dos cemitérios, mediante a entrega de recibo das despesas, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o apoio financeiro de 50% do valor da tinta e matérias, correspondente a gastos na reparação dos cemitérios, mediante a entrega de recibo das despesas, apresentado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

4. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para apoio financeiro no valor de 40.000,00€, correspondente a pavimentações, mediante a entrega de fatura e posterior recibo, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o apoio financeiro no valor de 40.000,00€, correspondente a pavimentações, mediante a entrega de fatura e posterior recibo, apresentado pela Junta de Freguesia de Chãos. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada Romana, na localidade de Ceras, sito na União das Freguesias de Areias e Pias; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Estrada Romana, na localidade de Ceras, sito na União das Freguesias de Areias e Pias. -----

b) Colocação de sinal de trânsito, na Avenida Nossa Senhora do Pranto, no lugar de Carril, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Avenida Nossa Senhora do Pranto, no lugar de Carril, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

c) Colocação de sinais de trânsito, de Passagem de animais domésticos de pecuária, na localidade de Cumbada, sito na freguesia de Águas Belas; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do

artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, de Passagem de animais domésticos de pecuária, na localidade de Cumbada, sito na freguesia de Águas Belas. -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Paulo Cruz, no lugar de Quinta do Telhado, sito na freguesia do Bêco; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua Paulo Cruz, no lugar de Quinta do Telhado, sito na freguesia do Bêco. -----

e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua D. Maria da Mota Cardoso, no lugar de Cerejeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua D. Maria da Mota Cardoso, no lugar de Cerejeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua dos Castanheirais, no lugar de Salgueiral, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o

estudo da sinalização de trânsito, na Rua dos Castanheirais, no lugar de Salgueiral, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

g) Colocação de sinais de trânsito, na Estrada de Manuel Antunes Duarte Amor, no lugar de Penedinho, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----

Não houve intervenções. -----

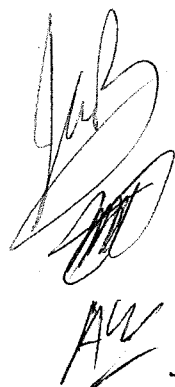
Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Estrada de Manuel Antunes Duarte Amor, no lugar de Penedinho, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

h) Colocação de sinais de trânsito, na Travessa do Salgueiral com Estrada das Indústrias, na Travessa de Santa Catarina e Estrada das Indústrias, Rua das Lameiras e Estrada das Indústrias, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Travessa do Salgueiral com Estrada das Indústrias, na Travessa de Santa Catarina e Estrada das Indústrias, Rua das Lameiras e Estrada das Indústrias, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

i) Colocação de sinais de trânsito, nomeadamente placas indicadoras de área de serviço de autocaravanas, na Rua da Ex. EN 348 com a EN 110, no lugar de Tojal, no Nó de Pias - A13, Rotunda da Variante à EN 238, no lugar de Lamaceiros, na Rotunda na Entrada da Vila de Ferreira do Zêzere, sito

Handwritten signatures and initials in black ink on the right margin of the page. There are two distinct signatures at the top and a set of initials 'AW' below them.

respetivamente, na União das Freguesias de Areias e Pias, na freguesia de Igreja Nova do Sobral e freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, nomeadamente placas indicadoras de área de serviço de autocaravanas, na Rua da Ex. EN 348 com a EN 110, no lugar de Tojal, no Nó de Pias - A13, Rotunda da Variante à EN 238, no lugar de Lamaceiros, na Rotunda na Entrada da Vila de Ferreira do Zêzere, sito respetivamente, na União das Freguesias de Areias e Pias, na freguesia de Igreja Nova do Sobral e freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, das minutas das adendas aos protocolos de Cedência de Instalações - Pólo de Saúde de Chãos e Pólo de Saúde de Frazoeira, ambos da UCSP de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, com posterior notificação às respetivas Juntas de Freguesia das deliberações e respetiva minuta. -----

A Senhora Deputada Municipal, Ana Elisabete Ferreira, no uso da palavra, pretendia que o Senhor Presidente da Câmara circunstanciasse aos presentes a razão que motivaram as adendas em apreço aos contratos já existentes, bem como se existe alguma alteração relevante que possa passar menos percebida da mera leitura das minutas, terminando assim a sua intervenção. -----

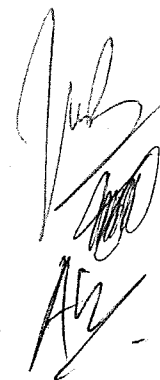
O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu a esclarecer que a necessidade de novas adendas resulta da necessidade de terem que fazer obras de

requalificação das extensões de saúde. Deu conta de que o executivo pretende muito requalificar os dois polos de saúde, nomeadamente o de Chãos e o da Frazoeira, que abram aviso PRR para que também no prazo de seis meses consigam fazer as obras. Disse que os anteriores protocolos sem as atuais adendas ao mesmo, não tinham a possibilidade de a Câmara Municipal efetuar as obras e tiveram que alocar essa possibilidade. Mencionou que as juntas de freguesia já estão a tratar dos certificados energéticos, onde é uma obrigatoriedade, e que é necessário para aquilo que irão ser as obras, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar as minutas das adendas aos protocolos de Cedência de Instalações - Pólo de Saúde de Chãos e Pólo de Saúde de Frazoeira, ambos da UCSP de Ferreira do Zêzere, com posterior notificação às respetivas Juntas de Freguesia das deliberações e respetiva minuta. -----

7. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2026, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que trazia uma resenha daquilo que é o orçamento. Disse que podia ter um orçamento mais ambicioso, como um mais conservador. Referiu que tudo indica que não conseguirão cumprir com os oitenta e cinco por cento de execução do orçamento, pois poderiam ter feito uma alteração na última sessão de Assembleia Municipal, e cumpririam aquilo que era a sua execução, mas não pretende tapar o sol com a peneira, preferindo assumir essa responsabilidade e colocar mais pressão. Disse que partindo do pressuposto em dois mil e vinte e seis, e por força daquilo que é a necessidade de se executar os



oitenta e cinco por cento do orçamento, preferiu não efetuar nenhuma alteração orçamental para criar uma pressão maior para o executivo. Passou uma apresentação com os principais pontos do orçamento. Começou assim pela orientação estratégica onde considera que é um documento politicamente claro, financeiramente equilibrado e centrado nas pessoas, com uma forte orientação social e investimento estruturante. Tem uma elevada concentração de investimento em funções sociais, com destaque no ensino, habitação e cultura e desporto. Falou na linha de continuidade de objetivos, falando da necessidade de fixação de população, a resposta à pressão habitacional, o reforço da coesão social e a valorização do território, naquilo que é a cultura identitária do Concelho de Ferreira do Zêzere. Passou a outro ponto, os projetos âncora, mencionando a conclusão da escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro, a conclusão da requalificação do Centro de Saúde, a conclusão da Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, a construção de quarenta e quatro fogos de habitação a custos controlados, e que daqueles surgirão mais oito, além de mais três antigas escolas que serão requalificadas. Mencionou também a reconversão do pavilhão 2000 para Multiusos, a Incubadora Innovation Hub em Pias, que está só dependente da escritura que acontecerá na primeira quinzena de janeiro para depois se lançar o procedimento para a obra. Falou na Loja do Cidadão na antiga loja da CGD, que já foi adquirida, e alguns diversos arruamentos. Falando na dimensão global do orçamento, referiu que o orçamento tem um valor total de trinta e dois milhões para dois mil e vinte e seis, que entendem ser o exequível e é aquele que o executivo e os serviços entendem como sendo equilibrado, e concretizável. Referiu que comparativamente em relação aos orçamentos anteriores, existe um crescimento significativo e sem precedentes, com um forte aumento de receita e despesa de capital, resultante do investimento financiado. Deu conta que a Câmara Municipal



de Ferreira do Zêzere é uma referência na captação de fundos comunitários e a receita de capital que possa parecer fácil de colocar no orçamento, não é de todo, disse. Referiu serem precisas várias coisas, sendo uma delas intenção de fazer obra, outra, a capacidade para a fazer, capacidade para fazer projetos de execução, capacidade para garantir que os avisos são cumpridos na íntegra, e que são aprovados, que se cumpram os prazos e que as entidades entendam que a Câmara Municipal tem a capacidade para concretizar os projetos, dizendo que não é só a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, que está sobre pressão para fazer obra e cumprir rácio, sendo também as entidades e o país. Embora se fique em baixo em dois mil e vinte e cinco daquilo que é a concretização da receita de capital e consequentemente de despesa, disse que já efetuaram um trabalho muito longo para conseguir que aqueles valores estejam no orçamento. É uma fase de intenso investimento, suportado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, onde pretendem ainda agarrar mais, dizendo que o Portugal 2030, já está atrasado no país, dizendo que no Município tem que acelerar. Disse que os primeiros quatro anos são de estratégia, e que o é o resultado da maturação simultânea de vários projetos estruturantes. Referiu também que mantém uma posição financeira municipal suficientemente equilibrada para suportar aquilo que é o risco de execução. Mencionou terem mais valias no orçamento apresentado, mas também tem riscos. Disse não ser um Presidente de Câmara conservador, mas sim para arriscar, para garantir investimento e assumir erros ou impossibilidade de concretizar investimentos e de colocar em causa aquilo que são as contas do orçamento. Deu conta que estão no executivo para não colocar em causa aquilo que é a solidez do Município a nível financeiro que diz estar muito bem referenciada por um conjunto de indicadores. Disse estar lá para serem desafiadores daquilo que é a captação de



investimento fora daquilo que são as receitas correntes, e que não tem grande capacidade que outros Municípios têm. Deu assim conta de que o Município de Ferreira do Zêzere, tem uma receita corrente de doze vírgula cinquenta e dois milhões, uma despesa corrente de onze vírgula cinquenta e um milhões, existindo uma diferença de um milhão de euros que considera relativamente confortável, que poderia ser a mesma e não preocupável. Falou na receita de capital que está nos dezanove vírgula cinco milhões de euros que irão pretender ir buscar a fundos comunitários, dando conta da despesa de capital no valor de vinte vírgula cinco milhões de euros, dizendo que é ali onde tem de atacar. O saldo nas contas ao dia da presente sessão é de nove vírgula dezanove milhões de euros, havendo um prazo médio de pagamento de dois dias e com um saldo de gerência ao dia vinte e nove de dezembro de quatro vírgula cinco milhões de euros que será o valor que transitará, cuja opinião do Senhor Presidente, é que em fevereiro servirá para se ter uma noção mais clara daquilo que será o orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis. Disse então que tem uma situação financeiramente equilibrada e prudente. Seguidamente falou sobre os riscos, dizendo que é ali que os serviços trabalham conjuntamente com o executivo. Uma delas é o Município ficar com pouca liquidez, bastando que as entidades se atrasem a reembolsar os autos de obra. A reprogramação de fundos que podem existir ou não, dizendo que se houver reprogramação o Município fica numa situação mais confortável naquilo que é a concretização de obra. Se efetivamente não acontecer o Município ficará numa situação mais desconfortável, e que podem em último caso, ter que colocar dinheiro do Município por não conseguirem concretizar obras a tempo. Deu conta que a execução física ser inferior ao previsto, trará uma pressão de tesouraria, que tem de ser devidamente precavida.

Falou em mitigações necessárias, onde referiu que já alertou os serviços para que o

façam no sentido em que irão entrar numa pressão maior, pelo que terão de ter um plano rigoroso de gestão de tesouraria, dizendo que em dois mil e vinte e seis não acontecerá mas em dois mil e vinte e sete, irão utilizar uma parte considerável de possibilidade de endividamento, devido a que se não for assim, não conseguirão fazer as obras e conseguir ter majorações naquilo que são os financiamentos, acreditando que irão ter que o fazer, dizendo que prefere utilizar esse dinheiro e posteriormente liquidar esses empréstimos com majorações de fundos comunitários, do que não pedir, não fazer obras e não ter esse montante. Referiu que essa situação ficou clara, nomeadamente a obra da Fonte de Ferreira, bem como a rua que circula para o campo de futebol, lembrando que foi uma rua em que adiantaram valor e que depois tiveram majoração naquilo que foi esse adiantamento. Disse que tem de ter uma grande capacidade de reprogramação rápida daquilo que é o plano plurianual dos investimentos e pode haver a necessidade de se trazer à presente Assembleia Municipal essa reprogramação, que terá de ser rápida, devido a ter algumas exigências legais que são necessárias. Em conclusão, disse que o documento em apreço apresenta-se como um orçamento ambicioso, financeiramente equilibrado e consistente, que se adequa a um município que está em fase de forte investimento estrutural, mas que exige uma execução rigorosa, uma gestão prudente da tesouraria e uma capacidade de adaptação a desvios nos financiamentos externos, onde o desafio para dois mil e vinte e seis será executar o orçamento com rigor, ritmo e capacidade de adaptação. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados, aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, disse que o orçamento e as grandes opções do plano para o ano de dois mil e vinte e seis, são o principal instrumento político do executivo, devido a estarem a falar de um orçamento de trinta e dois milhões de euros com uma



caraterística clara, falando em sessenta e quatro por cento de investimento, Aquela percentagem diz tudo sobre a opção política que o executivo assume. Diz ser um orçamento equilibrado, onde a despesa e a amortização da dívida são totalmente cobertas por receita corrente. Referiu não comprometer o futuro para resolver o presente. Disse ser um orçamento socialmente claro, referindo que mais de setenta e seis por cento do investimento vai para funções sociais, com destaque absoluto para a educação que é a maior fatia do orçamento. Deu conta que investiram em escolas, transportes escolares, refeições, bolsas de estudo, em habitação com quarenta e quatro fogos a custos controlados, em saúde, em turismo, em cultura e em desporto e em coesão territorial. Disse que não prometem tudo, mas assumem prioridades dizendo que governar é precisamente isso, escolher. Disse mais uma vez que é um orçamento responsável, exequível, e politicamente assumido. Mencionou ser um orçamento que serve as pessoas hoje e protege o Concelho amanhã. Pediu assim a todos uma apreciação responsável e um debate centrado nas opções, devido a estarem claras, terminando assim a sua intervenção. -----

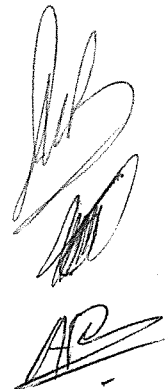
O Senhor Deputado Municipal, Eduardo Mendes, no uso da palavra, começou por dizer que tinha um conjunto de notas, mas referiu que ia ultrapassá-las pois a apresentação do Senhor Presidente da Câmara foi clara, e que deu uma confissão antecipada dos riscos que o Senhor Presidente sabe que corre. O Senhor Deputado Municipal, disse que não sabe se será o suficiente para deixar os membros da Assembleia Municipal descansados, o facto de dizer que assume esses riscos, pedindo que corra tudo bem conforme aquilo que o Senhor Presidente propôs. Voltando um pouco atrás, disse ao Senhor Presidente da Câmara, que se recordar, o Senhor Deputado Municipal lançou, já vai para nove anos e mais que uma vez ao Dr. Jacinto Lopes, um desafio. Esse desafio era apresentar no orçamento e nas



grandes opções do plano uma matriz de alinhamento. Explicou que o que acabara de ouvir soa bem, mas já verificaram se em relação a todos aqueles objetivos estratégicos que estão definidos e foram demonstrados pelo Senhor Presidente da Câmara, em que é que em cada um dos projetos, apoia, suporta, serve de base, sim ou não, questionando, dizendo que falta no orçamento esse documento, dizendo que o Senhor Presidente não diga que não o conhece, dizendo que como Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal subscreveu o Senhor Presidente da Câmara, um documento que reputa de muito bom, deixando no ar que quem quiser se interessar por aqueles assuntos, nomeadamente o pessoal das áreas de contabilidade e gestão, que procurem o orçamento da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Na opinião do Senhor Deputado Municipal é um documento bem feito e subscrito pelo Presidente da Câmara. Disse que sabendo como se fazem as respetivas justificações, deixou o desafio, não para agora, mas para daqui a um ano e que possa ver esse alinhamento e verificar se os números apresentados estão sustentados nos projetos apresentados. De seguida congratulou o Senhor Presidente de Câmara, com o teor do anexo um. Disse que só reparou a meio, e falando de macroeconomia, referiu não estar habituado na Câmara de Municipal de Ferreira do Zêzere a ver aquilo tipo de linguagem, mas que de repente viu o símbolo da República. Disse então que são dezanove páginas, retiradas do orçamento geral do Estado, em que justifica as opções económicas. Deu os parabéns por ter ido mais além daquilo que o partido PS efetuou. Referiu que o partido PS, só se absteve na Assembleia da República e o partido PS de Ferreira do Zêzere, acolheu integralmente as justificações do orçamento de estado. O Senhor Deputado Municipal, referiu que o documento em apreço arrisca-se a ser despesista, nomeadamente em relação às despesas com o pessoal. Mencionou que se nas despesas de investimento são opções políticas, a

nível de despesas de pessoal é um berbicacho, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que falaria nesse assunto no ponto nove referente ao Mapa de Pessoal. Continuando, o Senhor Deputado Municipal, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, pela sua entrevista à LUSA e pelas notas de imprensa que foram distribuídas pela comunicação social local e regional em que deram conta do maior orçamento que alguma vez a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere teve. No entanto acha que há muita coisa que lá falta e que dói muito que o Cemitério da Vila continua enterrado. O Parque de Máquinas com coberturas de zinco, que supõe que contém amianto, continua na mesma. Disse que uma das ruas mais perigosas para os jovens é a Rua António José Soeiro e Silva, nas traseiras da escola, onde circulam em grande número, a caminho da piscina, do ginásio, dos polos culturais, que considera de maior necessidade de forma definitiva ou provisória com baias, conforme já lá esteve, nada aparece no orçamento. Disse que outras situações não aparecem, acreditando que são também prioridades da Câmara Municipal, lamentando assim esse facto. Questionou se a Câmara irá manter a prestação de serviços com uma agência de comunicação, e se em caso afirmativo, qual o valor mensal, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Bernardo Morgado, no uso da palavra, começou por dizer embora tenha muito gosto em Finanças Públicas, onde está a estudar este ano numa cadeira do seu curso, há ainda situações que não consegue entender e ter a capacidade para análise de fundo o orçamento em apreço. No entanto quis solicitar esclarecimento de três obras, nomeadamente sobre a reabilitação de edifícios existentes para a habitação de emergência e para a habitação social, a casa de ensaio e a suposta praia fluvial de Dornes. Em relação à reabilitação de edifícios existente, e na sequência da apresentação do orçamento, o Senhor Presidente da Câmara



mencionou ter três escolas planeadas para reabilitar. Nesse sentido, recorda o Senhor Deputado Municipal, que no Conselho Municipal da Juventude de dois mil e vinte e três, tendo dito que pretendia reabilitar para a habitação acessível a Escola Primária de Almogadel, Matos e Outeiros, e de emergência a Escola da Pombeira, a Escola do Cardal e uma casa perto da escola. Na altura o Senhor Deputado Municipal, e estando o mesmo presente nessa reunião, questionou sobre a Escola de Portela de Vila Verde, onde o Senhor Presidente respondeu que havia problemas com o terreno. Referiu que tendo assim seis edifícios nessa reunião e agora no orçamento é mencionado três escolas, pretendo saber a que escolas se refere, e qual o ponto de situação das escolas, dizendo que no orçamento está quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove euros, para a reabilitação das três escolas, pretendo assim um ponto de situação. Relativo à casa de ensaio, verificou que finalmente naquele ano colocaram uns ferros de contenção da fachada, e que fizeram algo passados quatuor anos, e que a dúvida que surge é o que neste mandato, pretendem efetuar, pretendendo saber a ideia do executivo, devido a que no orçamento apenas está dois mil setecentos e vinte e quatro euros. O Senhor Deputado Municipal supõe que esse valor não seja suficiente para restaurar ou reconstruir um edifício, recordando que em uma Assembleia Municipal Jovem, o Senhor Presidente da Câmara, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mencionaram que era praticamente impossível restaurar esse edifício. Pretende assim saber qual é a finalidade com aquele edifício e se ainda tem alguma ideia, tendo deixado o edifício degradar-se. Relativo à Praia Fluvial de Dornes, começando por referir que no orçamento fazem referência à Praia Fluvial, mas que não está identificado como Praia Fluvial. Na atualidade chamam a essa Praia, Praia Fluvial do Zorro, mas não é teoricamente uma praia fluvial. Disse que no Verão de dois mil e vinte e cinco, a Câmara Municipal colocou no local um



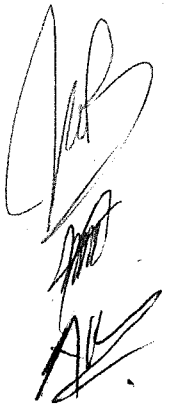
sinal de trânsito a proibir o acesso a veículos, referindo que passado pouco tempo foram corrigir a proibição de acesso a autocaravanas. Disse que concordou com a decisão, mas que, no entanto, a ideia de proibir o acesso a veículos era muito boa, mas referiu que o problema é que não existe nenhuma alternativa. Questionou assim qual a intenção do executivo para a Praia Fluvial do Zorro, e se os quatrocentos e trinta mil euros que estão no orçamento, para a requalificação da Aldeia de Dornes e zonas envolventes da mesma, incluindo a Praia Fluvial de Dornes, se é apenas para a aldeia ou se também existe alguma verba para a Praia Fluvial, pedindo que esclareçam o que pretendem efetuar. Se pretendem simplesmente proibir os carros e os mesmos ficam à beira da estrada e as pessoas que corram os riscos que tem de tomar ou se pretendem realmente criar uma alternativa para aquela praia. Na sua opinião aquela praia não necessita de uma grande obra como foi feito no Lago Azul, ou como está a ser feito na Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, podendo até ser como a Praia de Foz de Alge que é simples e que faria sentido em Dornes, sendo o ex-libris a Torre e não a praia, simplesmente criando uma alternativa ao estacionamento, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, o Senhor João Silva, no uso da palavra, começou por referir que tem uma ideia diferente do Senhor Deputado Municipal Eduardo Mendes, ao atribuir os parabéns ao executivo por aquele orçamento. Disse ser exigente, grande, referindo que não é com as receitas correntes que o Município de Ferreira do Zêzere pode avançar, criando infraestruturas tão necessárias. Disse só haver uma forma, e que é a capacidade de captação de fundos. Sabe que é arriscado, mas nada se consegue se não se correr riscos. Deu conta que a população deu ao Senhor Presidente o voto, e que a mesma está disposta com certeza, devido a saberem bem os projetos que estão em curso. Questionou os presentes se é com doze



mil euros de receita corrente que se cresce, dizendo claramente que não. Voltou a referir que é um excelente orçamento, no seu ponto de vista, porque demonstra a vontade que o executivo tem e é o espelho da necessidade do Concelho de Ferreira do Zêzere, não vendo de outra forma como poderão evoluir e criar infraestruturas que são necessárias à população. Falando na Rua António José Soeiro e Silva no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal Eduardo Mendes, referiu que já tem trazido esse assunto à Assembleia Municipal por diversas vezes, que também levantou o assunto no Conselho Municipal de Educação onde fez essa referência concordando que existe ali naquela zona um problema e que tem de ser estudado e resolvido, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e relativo ao orçamento e o facto de não estar exposto um conjunto de necessidades e investimentos, reitera que terá mais quatro vírgula seis, ou quatro vírgula sete milhões de euros que são alocados ao orçamento onde aí se terá uma noção mais clara. Deu conta de que o cemitério não tem grande verba no momento, dizendo que tem de concluir, a revisão do plano de urbanização, para que se inicie o procedimento do projeto de execução, para que se inicie as expropriações. Disse que irá tentar que o alargamento do cemitério, nomeadamente o parque, a zona de estacionamento possa ser interligada com a rua que pretendem abrir, entre o cemitério e estação de camionagem. Deu conta que já tem uma reunião agendada para o dia catorze de janeiro com a Comunidade Intermunicipal, no sentido de conseguir, naquilo que chamam as ITI'S – Instrumentos Territoriais Integrados, seja alocado também aquela via. Relativo à Rua António José Soeiro e Silva, disse que já deu conta de que só avançarão para a requalificação, quando as obras da escola e da habitação a custos controlados ficarem finalizadas ou quase finalizadas, uma vez que está referenciada no quadro

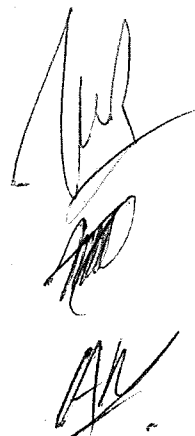


vinete trinta. Disse que neste momento não tem capacidade de iniciar a requalificação devido a virem a passar naquela via dezenas de camiões, referindo que neste momento não tem nenhuma via que sirva de solução. Falando na questão de segurança, disse que tem sido faladas, analisadas, referindo que a única solução que tem tecnicamente será proibir o estacionamento, na sua totalidade. Deu conta que até à presente data ainda não chegou nenhuma situação limite, referindo que se os munícipes cumprirem com aquilo que são as regras de trânsito, se tiverem atenção que estão numa zona com obras, com saída de alunos, professores, e técnicos não haveria problema, dando conta que também se sabe que muitas vezes não se cumpre aquilo que são as regras de segurança. Falando no Parque de Máquinas, deu conta aos serviços que se avançasse com um projeto de execução para se poder transitar o Parque de Máquinas para perto da Zona Industrial, mais concretamente para a antiga cerâmica. Disse haver prioridades, dando conta que não consegue deixar de fazer habitação, fazer uma escola, requalificar um centro de saúde em detrimento de um Parque de Máquinas, referindo que ainda não saiu nenhum aviso para que se possa alocar de pelo menos dois milhões de euros que a obra poderá custar. Referiu que já tiveram no espaço com vários projetistas, onde ponderaram o que poderiam fazer, dizendo que tem de efetuar escolhas. Mencionou que tem melhorado continuamente as condições do atual espaço, referindo que o dinheiro não chega para tudo. Passando à prestação de serviços da comunicação, informou que irá manter, não conseguindo dizer o valor, dizendo que neste momento está a analisar o caderno de encargos, para se perceber o que se irá fazer, qual o montante, e qual a prestação de serviços, dizendo que informará quando tiver mais novidades. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Bernardo Morgado, e relativo às escolas, referiu que a verba que está no orçamento são para três escolas, nomeadamente Almogadel,

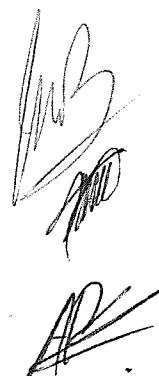


Matos e outra que não se recorda, dando conta que estão a finalizar os projetos de execução, limando pequenas situações para posteriormente lançar concurso. Referiu que irão ter o mesmo problema que tiveram com a habitação a custos controlados, dizendo que parece segundo o projeto, que o valor para a obra é sobredimensionado relativo àquilo que é o metro quadrado que o PRR permite. Disse que vão ter que falar novamente com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para dar permissão para se conseguir abdicar ou assumir alguns custos, nomeadamente a parte da fiscalização, a parte dos arranjos exteriores. Deu conta que foi um projeto que foi feito por um gabinete de arquitetura, no âmbito de um concurso. Falando nas habitações de emergência, disse ter os projetos de arquitetura praticamente já efetuados e que irão efetuar um procedimento para um conjunto de projetos específicos, dizendo que não existe capacitação técnica interna para o fazer, dando conta que pretende avançar com uma candidatura, dizendo que se necessita muito de habitação de emergência, nomeadamente para situações de violência doméstica, de perda de habitação por não pagamento de hipotecas, mas principalmente interessava para situações de catástrofes ou incêndios. Falando na Casa do Ensaio, deu conta que o executivo entendeu que tinham de estabilizar a fachada, parecendo-lhe que nos últimos quatro ou cinco anos a deterioração foi a mesma. Nesse sentido irão colocar uma lona para embelezar os ferros. Referiu que o projeto que tem na Câmara Municipal, tem um custo de três, quatro milhões, dizendo que só dá para restaurar a fachada, dizendo que tudo o resto, nomeadamente as paredes caíram. Disse que precisam de perceber se tem condições alguma vez para poder candidatar aquele edifício a fundos comunitários, dizendo que neste momento não tem capacidade para o fazer, estando assim aguardar oportunidades.

Lembrou novamente que protegeram a fachada, dando conta que tem uma sala



museu para efetuar naquele edifício relativo a Alfredo Keil, que na sua opinião será um projeto muito interessante e onde pode dar algum peso para argumentar ou para ter argumentação suficiente para se poder candidatar aquele espaço. Relativo à Praia Fluvial, disse que ela tem vindo a ser referenciada no orçamento e no software. Deu conta que teve uma conversa com os serviços acerca do assunto em apreço, dizendo que para o ano seguinte pretende mudar um conjunto de referenciação de algumas rubricas, referindo que não tiveram o tempo suficiente. Disse que poderá ser Praia Fluvial se o novo programa especial de ordenamento da barragem do Castelo do Bode ficar concluído até final do ano de dois mil e vinte e seis, sendo essa a previsão, não sabendo se irá acontecer ou não. Deu assim conta que no fim dela estar oficializada, ainda tem dois anos de análise, onde só depois é que tem de pensar num projeto de execução e perceber se faz sentido ou não. Disse que a sua decisão naquilo que são as condicionantes para aquele espaço, referindo que o mesmo até é privado, são de manter a sinalização para verificarem se conseguem alguma regra. Disse ter já um sinal para proibir a totalidade do estacionamento, no software a aguardar decisão superior, assim as pessoas tenham algum cuidado naquilo que é a utilização daquele espaço. Falando no projeto da Praia Fluvial de Dornes, referiu que Dornes tem tido algum investimento, referindo que o executivo está só a aguardar da alteração ao projeto de execução da torre, que irá ter um espaço museológico, dando conta que depois de esse projeto estar concluído, irão iniciar procedimento para concluir a parte interna e o espaço museológico para Dornes. Referiu que paralelamente irão ter uma prestação de serviços com a Universidade de Coimbra para terem um projeto macro, mencionando que irá ter planos de salvaguarda de Dornes e de Avecasta, nomeadamente à gruta e também da aldeia, onde irá ter tudo aquilo que é a requalificação da zona envolvente, vai ter aquilo que



é a proteção ligada à natureza, projetos para o turismo religioso, militar, da natureza, onde entendem criar ali e com alguém devidamente capacitado para conseguir obter fundos comunitários de forma paralela, pretendendo assim ter um macroplano, muito bem estruturado para se poder ter diversos patamares de intervenção. Disse ter uma boa previsão ao colocarem uma verba e que a obra venha a funcionar. Falou nas tipologias de ação, nomeadamente na área da conservação da natureza, biodiversidade e património cultural, onde tem a fase A, referindo a requalificação da Aldeia de Dornes. Mencionou o observatório de Biodiversidade de Ferreira do Zêzere onde tem a dinamização dos ativos territoriais onde tem também de alocar verba. Pretende assim ter agora e a dez anos, um macroplano para que as coisas sejam feitas devidamente. Deu assim conta de que a Praia Fluvial nos próximos três a quatro, não poder ser concretizável, sendo a prioridade para o macroplano e avançar com alguma requalificação, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal evocou o número três, do artigo vigésimo quinto do Regimento da Assembleia Municipal, que permite prolongar a sessão por mais sessenta minutos. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor, sendo treze do Partido Socialista e dois do partido CHEGA, zero votos contra, e sete abstenções do partido AD – Aliança Democrática, conforme alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2026. -----

8. Para conhecimento, das Demonstrações Previsionais Ano de 2026. -----

Tomaram conhecimento. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. There are three distinct marks: a large signature at the top, a smaller signature below it, and a set of initials 'AL' further down.

9. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2026, conforme alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que fez questão de efetuar uma breve apresentação em powerpoint, no seu ponto de vista, bastante explícita, dizendo ao longo dos últimos anos tem aumentado os recursos humanos por necessidade decorrente da delegação de competências, nomeadamente na escola, na saúde e na ação social. Reconhece o mérito dos trabalhadores, falando no melhor acordo coletivo de trabalho da região, pretendendo que os funcionários estejam motivados para fazer o melhor. Diz que sem ovos não fazem omeletes, ao referir que ao querer uma Câmara célere, que tenha as atas em dia, que responda rapidamente aos Municípios, e que tenha uma grande capacidade para apresentar candidaturas, resolver situações de âmbito de gestão de área na rua, onde tem um conjunto de desafios que cabe ao Senhor Presidente e ao restante executivo, ter o equilíbrio naquilo que são as decisões com os recursos humanos. Deu assim conta de que nesta altura tem um número de cento e oitenta e seis trabalhadores. Disse que se retirar cinquenta e um, fica nos cento e trinta e cinco, referindo que não tiveram um aumento muito grande comparativamente aquando da entrada na Câmara Municipal, sofrendo um aumento devido à afetação setorial de cinquenta e um trabalhadores, sendo setores que levaram a que houvesse um aumento muito grande com despesas com pessoal, que estão também devidamente alinhados com aquilo que são os municípios de igual dimensão. Mencionou que os trabalhadores que estão efetivamente a prestar serviço são cento e setenta e seis, em que alguns estão fora da entidade, mas mantêm no mapa de pessoal. Deu conta que os lugares de chefia e postos de origem não estão ocupados devido a que as pessoas podem deixar de ser



chefes de divisão e voltam aos lugares anteriormente ocupados. Relativo à afetação setorial, tem quarenta e nove trabalhadores nas escolas, dois trabalhadores no Centro de Saúde. Referiu que discorda muito daquilo que é a exigência legal no Mapa de Pessoal, devido a não ser explícito, levando a ter um conjunto de erros de apreciação. Deu conta que tem onze pessoas previstas de saída para a reforma, tem mobilidades ou comissões de serviço previstos para outros Municípios, sendo duas na sua totalidade. Tem também trabalhadores a prestar serviço em outras entidades, num total de 5 trabalhadores. Falou nas progressões e transições internas, mencionando que tem quatro assistentes operacionais que passarão para assistentes técnicos por exercício efetivo de funções atuais, onde tem de haver uma cobertura funcional dos lugares, e que estão providos de um lado e a prover de outro, ou seja, estão em duplicado. No setor de Desporto, tem um assistente técnico para passará para Técnico Superior. Deu conta dos vinte e três lugares que estão mencionados no Mapa de Pessoal, que tem reflexo de quinhentos mil euros no orçamento, não irão ter tal reflexo, explicando que um assistente técnico é para substituir uma reforma, um assistente operacional que pretendem contratar para substituir outra reforma, na Divisão Administrativa. Continuou dizendo que tem quatro assistentes operacionais/cantoneiros para suprir reformas e saídas em dois mil e vinte e seis, tem um assistente técnico para a Biblioteca de uma mobilidade que irá acontecer em dois mil e vinte e seis, tem um assistente técnico de um concurso que transita do ano de dois mil e vinte e cinco para a Proteção Civil, que não foi provido, tem um encarregado operacional que transita do ano de dois mil e vinte e cinco para dois mil e vinte e seis, e uma arquiteta, cujo trabalhador atual vai sair para chefiar em outro Município. Referiu que os reforços funcionais, nomeadamente aqueles que poderão dizer de forma simples que irão reforçar, mencionando assim quatro assistentes



operacionais para conseguir suprir baixas, dizendo que neste momento tem duas baixas de longa duração, e que tem sempre mais duas ou três pessoas de baixa, tendo assim uma necessidade que é muito grande, referindo que estão a ter um conjunto de crianças com necessidades educativas especiais, e que por lei inclusive, são obrigados alocar assistentes operacionais. Disse estar em conversações com a antiga DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, nomeadamente com o Senhor Diretor Regional de Educação, que passará a ser uma responsabilidade da CCDDR como a Vice-Presidência, para que possam alocar no envelope financeiro relativamente à educação mais verbas para conseguir alocar aqueles assistentes operacionais. Referiu que tem de salvaguardar o concurso, os lugares, dizendo que abrir um concurso em janeiro é a mesma situação que efetivar a pessoa em maio, junho ou julho. Reforço de dois assistentes técnicos para Nadador Salvador, um que transita de dois mil e vinte e cinco e outro tem uma prestação de serviços atual devido a um funcionário que solicitou uma licença sem vencimento, pelo que pretendem deixar de ter essa prestação de serviços para ter um assistente técnico com a qualificação devida. Um assistente técnico para a Comunicação, para substituição de outro, e um assistente operacional para a área de eletricidade, para efetuar intervenções de rua, não tendo assim que efetuar prestações de serviços a entidades externas. Deu conta de que tudo o que seja posto de trabalho do Parque de Máquinas, são cada vez maiores, pretendendo assim resolver a capacidade operacional, para solucionar um conjunto de problemáticas. Para concluir referiu que a despesa com pessoal prevista necessária por força de Lei, para o ano de dois mil e vinte e seis, no montante de cinco vírgula dezoito milhões de euros, representa cerca de dezasseis vírgula dois do orçamento total e aproximadamente quarenta e cinco por cento da despesa corrente, situando-se em níveis compatíveis com



municípios de dimensão e perfil funcional semelhantes. Disse que embora se verifique um aumento nominal do quadro de pessoal, o seu impacto financeiro será significativamente mitigado pelas saídas e reformas previstas, de forma a que o reforço efetivo líquido de trabalhadores seja apenas oito, conforme já mencionado anteriormente. Referiu que a despesa incorpora ainda os efeitos das atualizações remuneratórias legalmente previstas e das alterações nos posicionamentos das carreiras, dizendo que até os Chefes de Divisão irão ter direitos a prémios com as novas alterações do SIADAP, mas grande parte das admissões apenas produzirá efeito financeiro ao longo do exercício, em função dos tempos administrativos dos concursos. Além disso, várias das entradas correspondem à substituição de trabalhadores que cessam funções, sendo posicionadas em níveis remuneratórios inferiores aos dos titulares anteriores. Deu conta ainda de que o reforço de recurso humanos está sobretudo associado à consolidação de delegação de competências, com ênfase no setor da educação, garantindo a capacidade de resposta operacional e o apoio necessário às escolas. Neste enquadramento, o Município mantém uma política de gestão de recursos humanos prudente, equilibrando a necessidade de reforço da capacidade de resposta com a estabilidade financeira e orçamental, suportada por uma situação de tesouraria sólida e pela manutenção de prazos médios de pagamento reduzidos. Disse que poderão continuar a dizer que o Município tem um quadro de pessoal alargado, mas com a apresentação efetuada pensa ter clarificado um pouco aquilo que irá estar em causa em dois mil e vinte e seis, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal, Carla Graça, no uso da palavra, e no seguimento da explicação do Senhor Presidente, pretendia saber qual a estimativa da sobrecarga financeira que aquelas alterações irão trazer. Disse que percebeu as percentagens, os



valores de uma forma muito geral, mas estando a falar de uma despesa que irá ser permanente, efetiva, não colocando em causa as pessoas, pois o objetivo será sempre fazer mais, fazer melhor e de forma mais célere, dizendo que não se pode esquecer de uma ideia que é reforçada no orçamento preparado em contexto de instabilidade económica nacional, internacional, falando assim em um compromisso que se assume e que é arrojado, arriscado, e não descurando que haja de facto alguma necessidade, se não seria possível por via de formação, a racionalização de serviços e simplificação, atingir os mesmos objetivos. Referiu que existem muitas queixas de munícipes em relação a atrasos, o descontentamento por os serviços não estarem a ser efetivamente cumpridos, e não tendo esse feedback, pretendiam saber, pelo que seria importante perceber e quantificar de uma forma objetiva, e que seria importante para todos para votarem em consciência com aquele compromisso, de quando é que está em causa de sobrecarga financeira para o Município, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por dizer que em relação à racionalização, à formação, ao equilíbrio, à capacitação técnica, a verba que alocaram à formação foi de cinquenta mil euros, dando conta de que numa das próximas sessões de Assembleia Municipal, irão fazer uma reorganização orgânica, pois entende que a orgânica atual não se coaduna com o pretendido pelo executivo e com o município que se quer atual e desenvolvido naquilo que são as diversas orgânicas, naquilo que é a Inteligência Artificial. Referiu que irão efetuar um reforço muito grande nos próximos quatro anos, falando em seiscentos mil euros na área de informática onde irão chamar ao setor de informática, setor de informação, onde o objetivo é interligar os diversos setores, desenvolver informaticamente o Município, criando mais proximidade entre os munícipes e os

serviços, diminuindo tempos, lembrando alguns setores que tem uma pressão muito grande, devido a ter muitas candidaturas. Disse que a parte financeira e de contratação pública teve um aumento muito grande de trabalho. A divisão de licenciamento e urbanismo teve a conclusão do PDM – Plano Diretor Municipal, teve alguma legislação nacional, dizendo que por mais que queiram refletir necessidades através de recursos humanos no imediato, não conseguem explicando que os procedimentos são muito burocráticos no relativo à contratualização de pessoas. Lembra o que disse anteriormente e que é muito importante, referindo que até podem ter um aumento muito grande de valores, pelo que o podem também não o ter. Com uma reorganização orgânica, também pode alocar mais funcionários. Falando ainda no orçamento, disse que tem uma diferença entre a despesa corrente e a receita corrente de um milhão de euros, e que já lá está o acréscimo de despesa com o Mapa de Pessoal. Disse ser a almofada que tem do documento em apreço, o que lhe parece suficiente. Vão continuar a ter um conjunto de pessoas que se vão reformar, estando bastante sereno, em relação aos custos com o Mapa de Pessoal, dizendo que tem uma margem de segurança boa que se criou, achando que não irá colocar em causa o futuro do Município por querer contratar, objetivamente mais oito pessoas, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor, sendo treze do Partido Socialista e dois do partido CHEGA, zero votos contra, e sete abstenções do partido AD – Aliança Democrática, conforme alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2026. -----



10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da Tabela de Taxas do Município para o ano de 2026, isenção do pagamento de taxas a comerciante do mercado municipal, durante o período em que, pelo imperativo legal, não poder realizar a sua atividade nos meses de abril e maio de 2026, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, aprovar a isenção do pagamento de taxas a comerciante do mercado municipal, durante o período em que, pelo imperativo legal, não poder realizar a sua atividade nos meses de abril e maio de 2026. -----

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção de pagamento das taxas municipais a nível de licenciamento de atividades com ocupação de espaço do domínio público, a todas as Juntas de Freguesia, Associações legalmente constituídas, Fábricas da Igreja (Organização de festas religiosas) e IPSS's, nos termos do n.º 9, do artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos do n.º 9, do artigo 28.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, aprovar a isenção de pagamento das taxas municipais a nível de licenciamento de atividades com ocupação de espaço do domínio público, a todas as Juntas de Freguesia, Associações legalmente constituídas, Fábricas da Igreja (Organização de festas religiosas) e IPSS's. -----

12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para isenção do pagamento da taxa de concessão da Licença Especial de Ruído às Juntas de Freguesia do Concelho de Ferreira do Zêzere. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a isenção do pagamento da taxa de concessão da Licença Especial de Ruído às Juntas de Freguesia do Concelho de Ferreira do Zêzere. -----

13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para fixação do valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2026, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar pela não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2026. -----

14. Análise, discussão e votação na especialidade do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, quis alterar algumas situações no documento, dizendo que se todo tivessem de acordo e até ao artigo trigésimo quarto manter-se-ia aquilo que estava no documento que rececionaram. Assim no artigo trigésimo quarto, no número dois, existe uma substituição de uma palavra, que em vez de, em ambos os períodos, irá ler-se em todos os períodos, pelo que ninguém se pronunciou. Seguidamente mencionou o artigo trigésimo sexto, no ponto um, que passaria a ter a seguinte redação, “Em cada sessão ordinária e extraordinária da Assembleia Municipal haverá um período de intervenção aberto ao público, que não deverá exceder trinta minutos, com limite de cinco minutos por interveniente, e que terá lugar após a conclusão do período antes da ordem do dia; haverá ainda um segundo período de intervenção do público, com a duração de quinze minutos, no final do período da Ordem do Dia”, acrescentando um ponto três com a seguinte designação, “Quanto ao segundo período de intervenção do público, o mesmo destina-se a comentários à ordem de trabalhos e/ou sugestões sobre assuntos que considerem importantes discutir em assembleia. O tempo para cada intervenção é de três minutos”. No artigo quadragésimo sétimo, passará a ter um ponto seis que terá a seguinte designação, “No segundo período de intervenção do público com a duração máxima de quinze minutos, as intervenções deverão ser precisas e sucintas com uma duração de três minutos”. No artigo quinquagésimo terceiro, acrescentou-se um ponto número nove com a seguinte designação “Uma declaração de voto escrita, pode ser efetuada, devendo ser entregue no prazo de três dias úteis, e depois incorporada na respetiva ata”. Disse que os restantes artigos se mantêm tal como está. Não houve pronúncia por parte dos deputados municipais. Disse que na última sessão da Assembleia Municipal, foi aprovado o Regimento na generalidade e que agora na sessão em questão coloca-se à votação na especialidade.



Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. -----

Referiu que a partir daquele momento o regimento fica registado em minuta, o que irá permitir convocar a próxima assembleia municipal à luz do regimento aprovado, onde irão tentar fazer todos os possíveis, para nessa sessão, no ponto de antes da ordem do dia, ter-se a ata pronta, onde aprovarão a ata onde ficou referida a aprovação do regimento, terminando assim a sua intervenção neste ponto. -----

15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

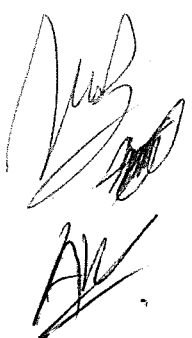
Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea c), do n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia. Muito boa noite a todos os presentes. Exmo., Senhor Presidente da Assembleia. Com a eleição de vários deputados municipais para as várias comissões na Assembleia de 28 de novembro, espero agora que a Assembleia*



faça o seu trabalho de fiscalização das responsabilidades atribuídas aos membros desta Assembleia. Na última Assembleia antes do ato eleitoral eu coloquei várias perguntas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Como não foram respondidas, volto a insistir nas mesmas perguntas. Qual a data prevista para conclusão das obras na escola; Qual a data prevista para a conclusão das obras no Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere; Qual a data prevista para a conclusão das obras nas habitações sociais; Qual a data prevista para a conclusão das obras na Praia Pluvial; Qual o valor real da renda do Centro de Saúde de Areias. Disse ainda que daria as respostas por escrito das Ruas que se iriam alcatroar. Dizer disse, só falta é saber onde se encontram. Talvez no baú do esquecimento! A escola onde o Senhor estudou política, é certamente a mesma onde andou António Costa quando este era presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Aproveito para chamar atenção do seguinte. Na Rua Amadeu Garcês na freguesia da Nossa Senhora do Pranto, perto da área de Vale Serrão, numa curva bem apertada estão colocados Blocos de Cimento e placas de redução de velocidade há meses. Quando pensa resolver o assunto? Sobre a reposição da Freguesia de Pias, apesar das Vossas habilidades na comunicação que deram o resultado conhecido, os eleitos do PS, PSD e CDS na última discussão sobre o assunto, foram todos responsáveis pelo atraso bem premeditado que levou a Assembleia da República a tomar a decisão que tomou. Mas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Doutor Casanova para além de ter sido o seu principal responsável, teve a indelicadeza e a ousadia, de mentir na entrevista dada ao jornal Despertar do Zêzere antes das eleições autárquicas. Atos e declarações desta natureza em nada enaltecem ou dignificam o cargo de Presidente da Assembleia Municipal. E como os subscritores do Abaixo Assinado não apresentaram nenhuma bandeira branca de rendição, certamente que



não irão esquecer os seus autores. Pela parte do P.C.P. posso garantir a todos vós que tudo faremos para que este processo seja corrigido, e que a vontade da População seja respeitada com a devolução às suas origens da freguesia de PIAS. O conceito Democrático e de Progresso, está em permanente confrontação com a vossa ideologia burguesa e castradora. Quanto à situação existente na Palestina, direi o seguinte: Entre 7 de outubro de 2023 e 8 de novembro de 2025, Israel assassinou pelos menos 69.169 Palestinos. Desde o chamado “cessar fogo” Israel já matou mais 400 Palestinos. Mesmo depois de serem conhecidos estes dados, deputados do PSD, CDS e CHEGA, integram agora o grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Israel. Mas em 6 de fevereiro de 2025, deputados do PS e IL também integravam esse grupo. A pergunta que eu faço é a seguinte; Os Senhores e Senhoras deputados municipais estão de acordo com os Vossos representantes na Assembleia da República? Se sim, é porque estão de acordo com os crimes cometidos. Se não, como o pretendem demonstrar? Pela gravidade da situação, espero que V. Exas, Senhores e Senhoras deputados municipais que se pronunciem sobre esta realidade. Disse”. -----

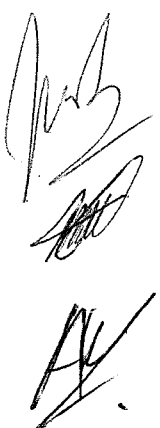
O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e respondendo ao Senhor Vítor Mendes, agradeceu a intervenção, dizendo que relativo à data prevista da escola será no terceiro trimestre de dois mil e vinte e seis, a data prevista do Centro Saúde será no segundo trimestre de dois mil e vinte e seis, a data prevista da Habitação Social, terceiro trimestre de dois mil e vinte e seis, data prevista da Praia Fluvial, primeiro ou segundo trimestre de dois mil e vinte e seis. Relativo à renda do Centro de Saúde de Areias, referiu que são trezentos e noventa e três euros, e vinte e cinco centimos, valor esse que a Câmara paga todos os meses à entidade proprietária e daquele espaço. Nas ruas a alcatroar que o Senhor Vítor Mendes mencionou, o

Senhor Presidente da Câmara, pediu desculpa, devido a não ter nos apontamentos, dizendo que na sexta-feira seguinte irá ter essa informação. Falou na sua escola de política, disse ter sido em Ferreira do Zêzere, pois passou a sua vida no Concelho de Ferreira do Zêzere, aprendendo com os autarcas, com um conjunto de pessoas que não são autarcas, mas que gostam muito do concelho, e que na sua ótica tem aprendido o suficiente, senão, não tinha ganho as eleições. Falando na Rua do Vale Serrão, disse ser um investimento alto, tendo uma previsão de intervenções em taludes, superior a vinte ou trinta milhões de euros, onde são intervenções muito difíceis. E que relativo aquela que o executivo se propôs fazer é deixar secar os taludes para se poder efetuar uma intervenção no verão de desbaste das terras e com o aluguer de uma máquina que tem de ter um braço muito alto, para não colocar em causa a segurança. Deu o exemplo da intervenção da EN 238, entre a Ponte Vale da Ursa e Cernache de Bonjardim, que poderá vir a ter uma intervenção de quatro milhões de euros, e que em exemplo de um conjunto de pessoas que tem falado naquele assunto com o Senhor Presidente, são intervenções pontuais, e as pessoas não entendem o porquê de ser um valor tão alto. Deu conta de que os taludes têm um custo de intervenção muito grande, referindo que o talude que está em orçamento de dois mil e vinte e seis, referindo ao do Lago Azul, disse ter um custo estimado no projeto de quatrocentos mil euros. Disse que a requalificação das infraestruturas de águas, saneamento, tem de haver a possibilidade de se poder recorrer a alguns fundos estruturais comunitários, devido a que com receita corrente do Município é impossível conseguirem resolver a maior parte dos problemas dos taludes que existem e que tem de ser intervencionados, mas que são obrigados a resolver alguns em dois mil e vinte e seis, terminando assim os seus esclarecimentos. -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que ainda a antes da Assembleia da República ter votado qualquer coisa sobre a Palestina, a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, dizendo que não veio preparado para a questão do Senhor Vítor Mendes, mas caso viesse tinha lido na ata aquilo que foi aprovado em sessão de assembleia municipal, dizendo que como o Senhor Vítor Mendes tem acesso às atas, pode consultá-las, não fazendo mais comentários sobre o assunto em questão. -----

Prosseguiu, passando a um outro assunto, nomeadamente para o dia doze de janeiro de dois mil e vinte e seis, onde os Senhores Deputados Municipais irão ser chamados a exercer um direito de voto para eleger indiretamente o Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo. Disse que prescrevendo e olhando para o que diz a lei, a Mesa da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere que irá presidir ao ato, irá funcionar como uma mesa de voto, tem que ter as urnas abertas entre as dezasseis e as vinte horas. Deu conta de que as urnas serão encerradas, quando o último dos cidadãos eleitores tiver prestado o seu voto, onde será efetuada a respetiva ata. Disse que também por outro lado, só podem votar aqueles que já estavam em funções, ou seja, não há substituições para poderem efetuar a votação. Disse que, quem vier exercer o seu direito de voto, tem de trazer o Cartão de Cidadão para se poder confirmar no caderno eleitoral, como numa mesa de voto. O voto será secreto e vertido em urna e posteriormente contado. Referiu que já existe um acordo prévio entre a AD e o PS, que distribui para as diversas regiões do país e para as diversas CCDR's, os respetivos quadros e as respetivas pessoas que se candidatam. E em Ferreira do Zêzere, também saberão na altura as listas que concorrerão, havendo só uma lista para cada CCDR. Disse assim que está tudo esclarecido para dia doze de janeiro. O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, dando conta de que



houve um acordo entre o PS e a AD, relativo a um conjunto de candidatos às diversas CCDR's. Lembrou os presentes que a nível de Ordenamento a CCDR que abrange Ferreira do Zêzere é a LVT – Lisboa e Vale do Tejo e quem será a candidata com mútuo acordo será a Senhora Arquiteta Teresa, que foi quem esteve em Ferreira do Zêzere no dia do Concelho e que irá dar continuidade, dizendo que um dos Vice-Presidentes será o Senhor José Alho, que é de Ourém, referindo assim que são um conjunto de candidatos de continuidade e que embora tenham os fundos comunitários em Coimbra, o voto faz-se para a CCDR LVT, terminando assim a sua intervenção. O Senhor Presidente da Assembleia lembrou que a votação irá ser efetuada no Salão Nobre no Edifícios Paços do Concelho. Antes de terminar falou em acertar uma data para a sessão de Assembleia Municipal em fevereiro de dois mil e vinte e seis, onde depois de pronúncia dos Senhores Deputados não viram inconveniente que ficasse marcada para dia vinte e sete de fevereiro, o que ficou assim agendada. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejando um ano dois mil e vinte e seis cheio de sucessos e de felicidades, onde deu por encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e trinta e sete minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. ----

José Manuel Pinto da Silva Casanova

Maria Fernanda Gaspar de Moura

António Luís Henriques Ribeiro

[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA n.º 7/2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2025-12-30

Página 80 de 80

